



RESUMO EXECUTIVO

Qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil





ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL BRASIL 2024

Qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil

RESUMO
EXECUTIVO



ANATTÁ
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO



CENTRO DE
EMPREENDEDORISMO
DA AMAZÔNIA

**SOCIAL
PROGRESS
IMPERATIVE**
socialprogressimperative.org

RESUMO EXECUTIVO

Índice de Progresso Social Brasil 2024

Autores: Melissa Wilm, Daniel Santos, Beto Veríssimo, Marcelo Mosaner, Paulo Seifer, Sérgio Marangoni, Luana Coelho, Caíque Silva, Roberta Albuquerque, Agatha Vilhena e Ricardo Pereira Veríssimo.

Coordenação geral: Beto Veríssimo e Melissa Wilm

Coordenação associada: Marcelo Mosaner, Sérgio Marangoni e Luana Coelho

Coordenação técnica: Daniel Santos e Paulo Seifer

Equipe técnica: Agatha Vilhena, Roberta Albuquerque, Caíque Silva e Ricardo Pereira Veríssimo

Colaboradores: Kim Campos, Ritaumaria Pereira, Jakeline Pereira e Manuele Lima

Comunicação: Alexandre Mansur e Gustavo Nascimento

Agradecimentos: Arthur Leardini (*Not Another Boring Company*), Isaque Borges (*BorgesSoft*), Bruna de Alencar e Cássia Christe (*O Mundo Que Queremos*), Ana Inaue, Carla Christine Chiamareli e Raquel Nonato (*Fundação Itaú*), Raphael Medeiros (*Centro de Empreendedorismo da Amazônia*), Ricardo Abramovay e Carlos Monteiro (*Universidade de São Paulo - USP*), Miguel Lago e Rudi Rocha (*Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS*), Binho Marques (*Consultor na área de educação*), Ricardo Chaves (*Universidade Federal de Pernambuco - UFPE*), Roberto Smeraldi (*Consultor e Chefe de Cozinha*), Ubiratan Cazetta (*Ministério Público Federal*), João Alegria (*Presidente da Fundação Roberto Marinho*), Breno Freitas (*Universidade Federal do Ceará - UFC*), Zeca Martins (*Empresário*), Flávio Hartmann (*Universidade de Columbia, EUA*), Fernanda da Costa (*Imazon*), Sandro Holanda (*Universidade Federal de Sergipe - UFS*), Daniele Orofino (*Organização Nossas*), Rui Rocha (*Instituto Floresta Viva*), Marina Helou (*Deputada Estadual, São Paulo*), Flávia Constant, Livia Zandonadi e Letícia Verona (*Vale*), José Carlos Gomes Devam Bhaskar (*Instituto Alok*).

© Copyright 2024 by Imazon, Amazônia 2030, Fundación Avina, Anattá Pesquisa e Desenvolvimento e Social Progress Imperative

Edição de texto: Tatiana Corrêa Veríssimo

Capa: Kauan Machado e Marco Vergotti

Projeto Gráfico e diagramação: Luciano Silva



Realização:



Parceiros:



Apoiadores:



PREFÁCIO

Há dez anos, em abril de 2014, o Prof. Michael Porter da *Harvard Business School* lançou o primeiro Índice de Progresso Social (IPS) no *Skoll World Forum*, evento mundial de empreendedorismo social. Ao medir o desempenho das sociedades com base inteiramente em resultados sociais e ambientais, em vez de indicadores econômicos como renda, o IPS ofereceu uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento. Mostrou que, embora rendas mais altas estejam associadas a um maior progresso social, o PIB sozinho não necessariamente determina o nível de progresso social de uma região. Os Estados Unidos, por exemplo, apesar de terem uma economia forte, ficaram em 16º lugar no mundo em progresso social.

Atualizamos o IPS a cada ano desde então, o que nos permitiu perceber muitas mudanças ao longo de dez anos. Por exemplo, a economia dos EUA continuou a crescer, enquanto o país caiu do 16º para o 29º lugar no *ranking* de progresso social. O Brasil caiu do 46º lugar em 2014 para o 67º em 2024, ou seja, os níveis de desigualdade social e econômica, que já eram extremos, agravaram-se ainda mais nesse período.

O IPS revelou que de fato o mundo está se movendo muito lentamente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – tão lentamente que as metas para 2030 parecem mais metas para o século 22. Além disso, no ano passado, também houve o surgimento preocupante da primeira recessão global do progresso social, com os impactos da pandemia da COVID na saúde e o declínio dos direitos e da liberdade de imprensa.

O ano de 2014 marcou outro ponto de partida crítico para o IPS – a primeira aplicação subnacional do índice: o IPS Amazônia, idealizado pelo Instituto do Homem e Meio

“O sucesso do IPS Amazônia desencadeou uma onda de inovação para usar essa ferramenta em todo o mundo.”

Ambiente da Amazônia (Imazon). O instituto percebeu que levantar e analisar dados sobre os 772 municípios da Amazônia brasileira era essencial para a construção de um futuro sustentável na região. Dois membros da equipe do SPI, Antonio Aranibar e Jaime Garcia, apostaram na realização deste projeto, embora muitos outros especialistas não estivessem confiantes. Nós decidimos correr o risco e estamos felizes com os resultados.

O sucesso do IPS Amazônia desencadeou uma onda de inovação para usar esta ferramenta em todo o mundo. Por exemplo, a Comissão Europeia usa o Índice de Progresso Social para as regiões da União Europeia como uma métrica chave de sua Política de Coesão. O Governo da Índia utiliza o índice para os seus estados e distritos a fim de impulsionar o desenvolvimento nacional. A *Social Progress Imperative* já trabalhou com parceiros da Argentina ao Canadá, da Islândia à África do Sul, da Tailândia à Austrália demonstrando o poder dessa ferramenta para a tomada de decisões locais.

Agora estou muito satisfeito em ver o IPS finalmente abranger todos os municípios do Brasil. Integrar essa metodologia em mais de 5.500 municípios em uma nação continental como o Brasil exigiu um mergulho profundo na diversidade sociocultural do país. Também exigiu perspicácia para trabalhar com institutos governamentais e de pesquisa, bem como com a sociedade civil, na busca de indicadores frequentemente atualizados. Esta foi, sem dúvida, uma empreitada monumental.

O IPS Brasil nos mostra onde estão as maiores necessidades do país e os seus avanços que podem ser replicados em outros lugares do mundo. Além disso, o índice estabelece uma linguagem comum para governos, empresas e sociedade civil que permite uma conversa produtiva sobre seus respectivos papéis no combate à pobreza e na construção de sociedades sustentáveis.

O sucesso ou fracasso do Brasil no progresso social é crítico para o Acordo de Paris e para a agenda ODS. O país abriga entre 15% e 20% da biodiversidade mundial e possui a floresta amazônica, o maior reservatório natural de carbono do planeta. No entanto, o desmatamento persistente agrava as mudanças climáticas e alimenta a crescente desigualdade na sociedade brasileira. Isso é uma ameaça ao progresso social.

Contudo, o otimismo, humildade, perseverança e espírito esperançoso do povo brasileiro aliados ao uso da ferramenta de análise que é o IPS Brasil podem empoderar o país para uma liderança muito necessária em meio a uma recessão do progresso social no planeta. Dois exemplos de progresso social importantes que o Brasil oferece para outros países é o sistema único de saúde inclusivo, o mais abrangente do mundo, e o sistema público de transferência de renda estabelecido no início do século, o qual tirou dezenas de milhões de pessoas da pobreza.

MICHAEL GREEN
CEO - SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE

INTRODUÇÃO

O Índice de Progresso Social (IPS) é uma ferramenta que mede o **desempenho social e ambiental de territórios em todas as geografias** (países, estados, municípios e até comunidades). Esse índice foi desenvolvido pela organização *Social Progress Imperative*, a qual coordena a publicação anual do IPS Global para 170 países desde 2014.^[1] Além disso, há também iniciativas de elaboração de IPS na escala subnacional em diferentes países como México, Índia, Estados Unidos da América, Reino Unido e União Europeia. Essas iniciativas subnacionais tiveram como referência o IPS Amazônia desenvolvido de forma pioneira pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) em 2014.

O IPS surge para complementar medidas de desenvolvimento, pois apenas o crescimento econômico sem progresso social pode resultar em degradação ambiental, aumento da desigualdade e conflitos sociais. O IPS mede diretamente **resultados finalísticos** e tem sido usado para o planejamento, avaliação e aperfeiçoamento de projetos, programas e políticas públicas. O índice também serve de

^[1] Fonte: <https://www.socialprogress.org/>

bússola para orientar os investimentos sociais privados nos municípios.

O Imazon – em parceria com a *Fundación Avina*, Amazônia 2030, Anattá Pesquisa e Desenvolvimento, Centro de Empreendedorismo da Amazônia e *Social Progress Imperative* – lança o primeiro relatório do **IPS Brasil** para os 5.570 municípios brasileiros^[2], para as 26 unidades federativas e para o Distrito Federal. O IPS Brasil é a maior iniciativa de geração desse índice na escala subnacional até agora realizada no mundo.

O Brasil é um país diverso e de dimensão continental (5º maior do mundo), organizado em uma federação composta por 26 estados, Distrito Federal e 5.570 municípios. De acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE (2023a)^[3], a população brasileira soma atualmente 203 milhões de habitantes, dos quais 57% vivem em apenas 319 municípios.

Os municípios brasileiros repartem competências com as esferas estaduais e o governo federal. O município é a menor unidade administrativa, a qual possui autonomia política, de gestão e financeira. A esfera municipal possui competências importantes como saneamento básico, pavimentação e sinalização de vias e de toda a estrutura viária, criação e conservação de praças e arborização, transporte urbano e iluminação pública. O município também reparte com outras esferas federativas (estados e o governo federal) os serviços de educação, saúde e meio ambiente.

A partir de 2024, o IPS Brasil será atualizado anualmente para que seja possível comparar o desempenho socioambiental dos municípios ao longo do tempo. Medir a situação social desses territórios numa frequência anual é essencial para captar mudanças e tendências e contribuir para o aperfeiçoamento de políticas públicas e melhoria da gestão pública local.

“A partir de 2024, o IPS Brasil será atualizado anualmente para que seja possível comparar o desempenho socioambiental dos municípios ao longo do tempo.”

^[2] Além do IPS calculado para os 5.568 municípios, também consideramos na análise a capital federal Brasília (DF) e o distrito de Fernando de Noronha (PE).

^[3] Fonte: <https://censo2022.ibge.gov.br/>

METODOLOGIA

O Progresso Social foi definido por um grupo de especialistas acadêmicos e sintetizado pelo *Social Progress Imperative* como “a capacidade da sociedade em satisfazer as necessidades humanas básicas, estabelecer as estruturas que garantam qualidade de vida aos cidadãos e dar oportunidades para que todos os indivíduos possam atingir seu potencial máximo”. A partir desse conceito, o IPS é formulado com base em quatro grandes princípios (Stern, H. *et al.*, 2024):

Quadro 1. Princípios do IPS.

PRINCÍPIOS DO IPS

- **Indicadores exclusivamente sociais e ambientais:** o objetivo do IPS é medir o progresso socioambiental diretamente, sem a inclusão de indicadores econômicos.
- **Foco nos resultados:** o IPS deve medir os resultados que são importantes para a vida das pessoas (*outcomes*), não os investimentos ou esforços realizados (*inputs*).
- **Orientador para políticas públicas e investimentos sociais privados:** o IPS é utilizado como uma ferramenta prática para ajudar dirigentes públicos, líderes empresariais e da sociedade civil no planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas e programas filantrópicos que acelerem o progresso social.
- **Relevância:** o objetivo do IPS é medir o progresso socioambiental de forma holística e abrangente, englobando todas as geografias como países, estados, municípios e até distritos e comunidades dentro dos municípios.

A estrutura do IPS possui três dimensões (Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-estar e Oportunidades) e 12 componentes (Quadro 2). Cada componente responde uma pergunta orientadora e possui de três a seis indicadores.

Quadro 2. Dimensões, componentes e perguntas orientadoras do IPS.

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS	FUNDAMENTOS DO BEM-ESTAR	OPORTUNIDADES
<p>Nutrição e Cuidados Médicos Básicos As pessoas têm comida suficiente para comer e recebem assistência médica básica?</p> <p>Água e Saneamento As pessoas podem beber água e manter-se limpas sem ficarem doentes?</p> <p>Moradia As pessoas têm moradia adequada com serviços básicos?</p> <p>Segurança Pessoal As pessoas estão seguras?</p>	<p>Acesso ao Conhecimento Básico As pessoas têm acesso à educação fundamental?</p> <p>Acesso à Informação e Comunicação As pessoas podem acessar livremente ideias e informações de qualquer lugar do mundo?</p> <p>Saúde e Bem-estar As pessoas vivem uma vida saudável?</p> <p>Qualidade do Meio Ambiente O meio ambiente influencia o bem-estar social?</p>	<p>Direitos Individuais Os direitos individuais das pessoas estão protegidos?</p> <p>Liberdades Individuais e de Escolha As pessoas estão livres para fazer suas próprias escolhas?</p> <p>Inclusão Social Ninguém está excluído da oportunidade de ser um membro contribuinte da sociedade?</p> <p>Acesso à Educação Superior As pessoas têm acesso a níveis de educação superior?</p>

A escolha dos indicadores para cada componente segue critérios rigorosos de acordo com a metodologia global do IPS. Os critérios para a escolha dos indicadores são: 1) ser social ou ambiental; 2) medir resultado; 3) ter uma fonte confiável e pública (dados secundários); 4) ser um dado recente (no máximo 5 anos); e 5) ter disponibilidade para todos ou quase todos os territórios (<95% - 100%). Desses critérios, o mais difícil de atingir é o segundo, ou seja, utilizar apenas indicadores de resultado. Por essa razão, por vezes, esse critério é adaptado como *proxy* de acesso a um determinado serviço público, mas nunca indicadores de investimento. Além disso, cada indicador passa por um processo rigoroso na análise estatística desde a validação da qualidade e confiabilidade do dado^[4] até a sua normalização (para que os dados sejam comparáveis).

^[4] As análises *Kaiser Meyer-Olkin* (KMO) e *Alfa de Cronbach* foram utilizadas para verificar a validade e confiabilidade da ACP de todos os componentes, de acordo com a metodologia do IPS (Stern, H. et al., 2024).

O índice varia de 0 (pior) a 100 (melhor) e corresponde à média simples dos resultados do IPS das três dimensões (Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-estar e Oportunidades).

A nota de cada dimensão, por sua vez, é a média simples dos resultados de cada componente que a compõe. E, por fim, os resultados dos componentes são gerados a partir de pesos obtidos entre os indicadores por meio da Análise de Componentes Principais (ACP):

$$\text{Componente} = \frac{(x - \text{Pior valor})}{(\text{Melhor valor} - \text{Pior valor})}$$

No qual “x” é o valor bruto do componente para cada município, enquanto os melhores e os piores valores se referem à “utopia” e “distopia” (valores máximos e mínimos de cada indicador, entre todos os municípios).

Para calcular o IPS Brasil 2024, utilizamos um total de 53 indicadores (Quadro 3). Todos esses indicadores são provenientes de fontes oficiais e de institutos de pesquisa, tais como Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania, Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mapbiomas, Anatel, CadÚnico, entre outras.

Quadro 3. Indicadores do IPS Brasil 2024.

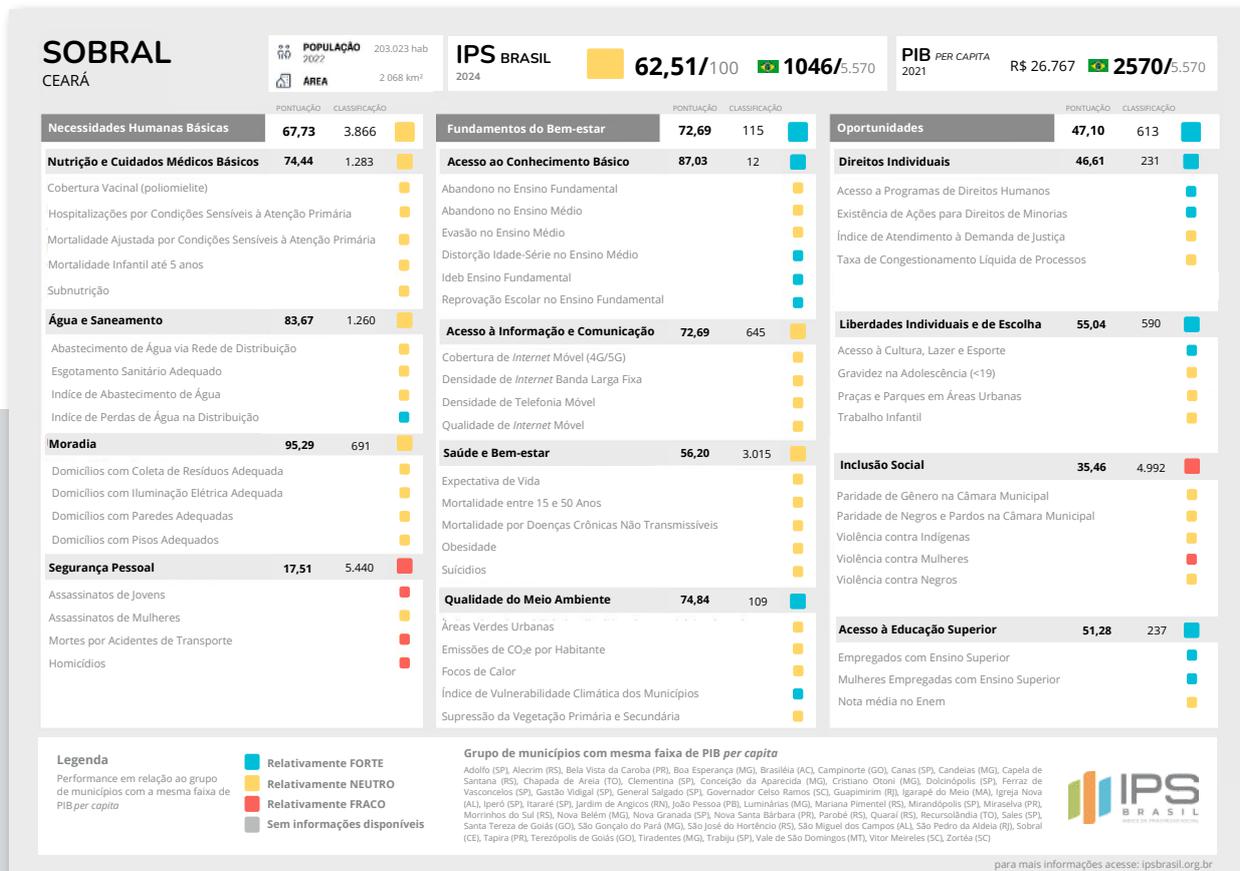
Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos do Bem-estar	Oportunidades
<p>Nutrição e Cuidados Médicos Básicos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Cobertura Vacinal (poliomielite) 2. Hospitalizações por Condições Sensíveis à Atenção Primária 3. Mortalidade Ajustada por Condições Sensíveis à Atenção Primária 4. Mortalidade Infantil até 5 anos 5. Subnutrição 	<p>Acesso ao Conhecimento Básico</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Abandono no Ensino Fundamental 2. Abandono no Ensino Médio 3. Evasão no Ensino Médio 4. Distorção Idade-Série no Ensino Médio 5. Ideb Ensino Fundamental 6. Reprovação Escolar no Ensino Fundamental 	<p>Direitos Individuais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a Programas de Direitos Humanos 2. Existência de Ações para Direitos de Minorias 3. Índice de Atendimento à Demanda de Justiça 4. Taxa de Congestionamento Líquida de Processos
<p>Água e Saneamento</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Abastecimento de Água Via Rede de Distribuição 2. Esgotamento Sanitário Adequado 3. Índice de Abastecimento de Água 4. Índice de Perdas de Água na Distribuição 	<p>Acesso à Informação e Comunicação</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Cobertura de <i>Internet</i> Móvel (4G/5G) 2. Densidade de <i>Internet</i> Banda Larga Fixa 3. Densidade de Telefonia Móvel 4. Qualidade de <i>Internet</i> Móvel 	<p>Liberdades Individuais e de Escolha</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso à Cultura, Lazer e Esporte 2. Gravidez na Adolescência (<19 anos) 3. Praças e Parques em Áreas Urbanas 4. Trabalho Infantil
<p>Moradia</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Domicílios com Coleta de Resíduos Adequada 2. Domicílios com Iluminação Elétrica Adequada 3. Domicílios com Paredes Adequadas 4. Domicílios com Pisos Adequados 	<p>Saúde e Bem-estar</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Expectativa de Vida 2. Mortalidade entre 15 e 50 Anos 3. Mortalidades por Doenças Crônicas Não Transmissíveis 4. Obesidade 5. Suicídios 	<p>Inclusão Social</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Paridade de Gênero na Câmara Municipal 2. Paridade de Negros e Pardos na Câmara Municipal 3. Violência contra Indígenas 4. Violência contra Mulheres 5. Violência contra Negros
<p>Segurança Pessoal</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Assassinatos de Jovens 2. Assassinatos de Mulheres 3. Mortes por Acidentes de Transporte 4. Homicídios 	<p>Qualidade do Meio Ambiente</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Áreas Verdes Urbanas 2. Emissões de CO₂e por Habitante 3. Focos de Calor 4. Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios 5. Supressão da Vegetação Primária e Secundária 	<p>Acesso à Educação Superior</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Empregados com Ensino Superior 2. Mulheres Empregadas com Ensino Superior 3. Nota Média no Enem

Os resultados do IPS Brasil são apresentados por meio de *scorecards* para cada município (Figura 1), o que permite a visualização da sua pontuação (0-100) e classificação em relação aos demais do país ($\times/5.570$). O *scorecard* também apresenta o valor de PIB *per capita* e a classificação do município em relação aos demais ($\times/5.570$). Assim, é possível verificar se o resultado é equivalente, superior ou inferior ao esperado dentro dos parâmetros econômicos. Por sua vez, o farol (azul, amarelo e vermelho) representa o desempenho do município em comparação com

outros 50 municípios, distribuídos pelo Brasil, que estão situados na mesma faixa de PIB *per capita*^[5] em 2021.

Os resultados gerais para dimensões, componentes e indicadores também recebem uma cor azul (resultado relativamente forte), amarelo (relativamente neutro) ou vermelho (relativamente fraco) quando comparados com os demais municípios que estão na mesma faixa de PIB *per capita*. Ao analisar o IPS, é fundamental considerar o tripé de resultados: pontuação (de 0 a 100), comparação ($\times/5.570$) e farol de desempenho (azul, amarelo e vermelho).

Figura 1. Scorecard de Sobral (CE) no IPS Brasil 2024.



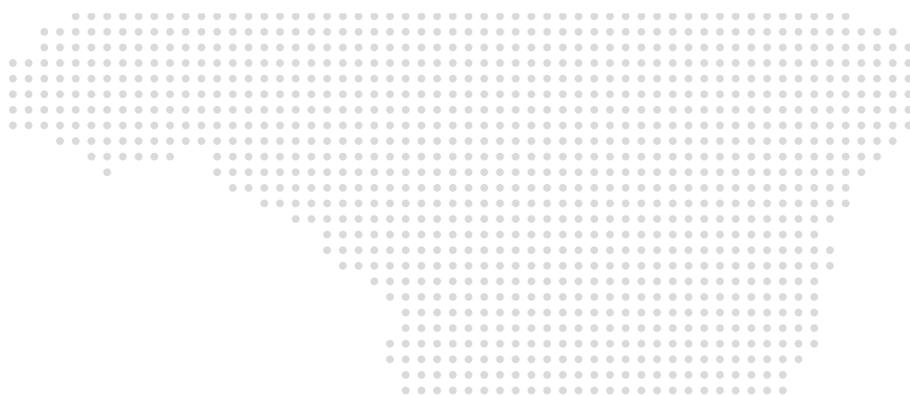
[5] Renda *per capita* também pode ser usada na comparação, mas infelizmente esse dado não é atualizado anualmente para todos os municípios do Brasil. O indicador PIB Real *per capita* (calculado a partir do PIB Nominal do IBGE e índice de inflação IPCA) do ano 2021 foi utilizado para a corrente análise, mesmo sendo um indicador que pode ser muito influenciado por fatores externos (como grandes projetos e investimentos) e presença de negócios com rigidez locacional como mineração industrial e hidrelétricas.

Há desafios importantes na geração do IPS Brasil. O primeiro é a extensão continental do Brasil e o elevado número de municípios (5.570). O segundo diz respeito ao processo de análise comparativa, ou seja, como comparar municípios com realidades tão distintas? O terceiro desafio é obter indicadores que se encaixem nos critérios do IPS e respondam plenamente as perguntas norteadoras de cada componente, principalmente para a dimensão Oportunidades.

Notas de precaução e limitações

- O IPS é construído a partir de indicadores de fontes secundárias que avaliam taxas médias dentro dos perímetros municipais. Por isso, não é possível fazer análises dentro dos municípios entre bairros ou na comparação rural *versus* urbana.
- Os dados do IPS Brasil não refletem necessariamente as condições sociais e culturais específicas dos povos originários^[6] e tradicionais sejam quilombolas, populações extrativistas, entre outros. Para tanto, seria necessário um IPS específico com levantamento de dados primários de forma amostral.
- A subnotificação de indicadores – que reflete um problema estrutural comum a qualquer processo de coleta na escala municipal – é sempre uma possibilidade, especialmente nos componentes Segurança e Saúde e Bem-estar.
- Em geral, os municípios situados na Amazônia Legal possuem grande extensão territorial em contraste com municípios menores das demais regiões. Esse contraste cria um efeito visual desproporcional, pois os mapas refletem o tamanho dos territórios e não a densidade populacional de cada município.
- Por fim, o IPS possui uma metodologia adaptável para qualquer geografia. Por exemplo, o Brasil possui pontuação 68,90 no IPS Global 2024, enquanto no IPS Brasil 2024 essa nota é 61,83. Essa diferença ocorre porque no cálculo do IPS Global a escolha dos indicadores reflete o contexto internacional (são usados somente indicadores que possam estar disponíveis na grande maioria dos países do mundo). Já no IPS Brasil, os indicadores selecionados refletem a realidade brasileira e são comparados apenas dentro do próprio país.

^[6] No IPS Brasil 2024, os povos originários são considerados no componente Inclusão Social por meio do indicador “Violência contra Indígenas”.



RESULTADOS

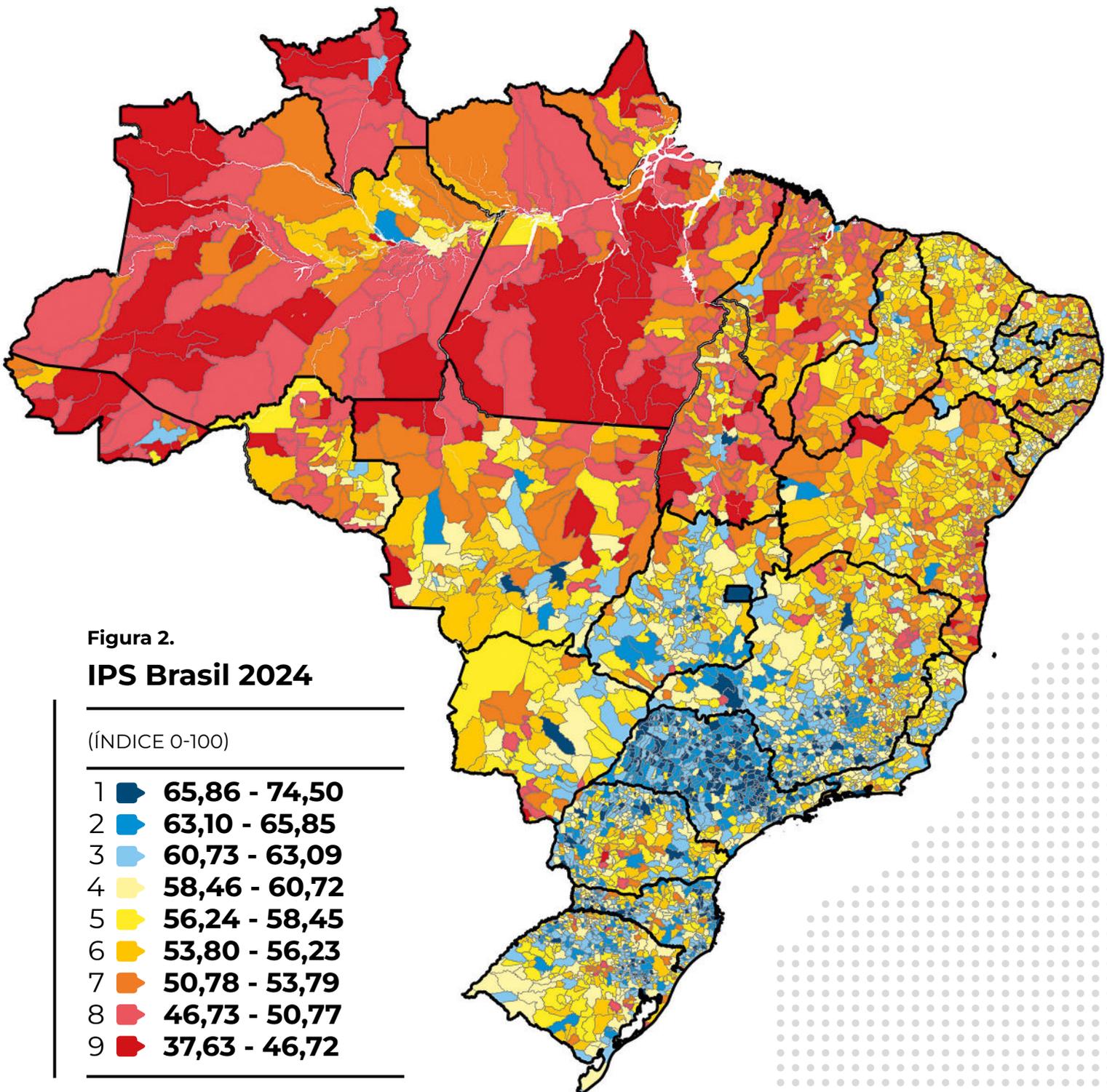
O IPS Brasil 2024 atingiu uma pontuação **61,83** para todo o país^[7]. Entre as dimensões, **Necessidades Humanas Básicas** alcançou pontuação 73,58, **Fundamentos do Bem-estar** atingiu 67,10 e **Oportunidades** obteve apenas 44,83.

As 5.570 unidades de análise foram classificadas em nove níveis (*Tiers*) conforme os resultados obtidos no IPS Brasil 2024, apresentados em suas respectivas escalas de cores, como mostram a Figura 2 e o Quadro 4.

^[7] A pontuação geral do IPS Brasil 2024 das três dimensões e dos 12 componentes para o Brasil foi obtida a partir da média ponderada entre as pontuações do IPS e a população do Censo Demográfico 2022.

Os Nove Brasis

A partir dos nove níveis de progresso social do IPS, foi possível dividir os municípios em blocos com realidades bem distintas



Quadro 4.

As nove realidades do Brasil

Como o país se distribuía entre os nove níveis de progresso social

NÍVEL (TIER)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Brasil	
IPS BRASIL	67,41	64,30	61,89	59,57	57,35	55,12	52,48	49,11	44,58	61,83	
DIMENSÕES	Necessidades Humanas Básicas	82,14	79,91	77,32	74,32	70,70	67,24	63,08	58,51	53,81	73,58
	Fundamentos para o Bem-estar	70,76	68,59	66,50	64,17	62,17	60,04	57,66	54,19	48,41	67,10
	Oportunidades	49,31	44,40	41,83	40,23	39,19	38,07	36,69	34,62	31,52	44,83
MUNICÍPIOS POR NÍVEL	Quantidade	308	549	838	936	981	929	640	296	93	5.570
	Área (milhões de km ²)	0,14	0,30	0,53	0,74	0,94	1,25	1,49	1,75	1,35	8,50
	Área (%)	1,7%	3,5%	6,3%	8,8%	11,0%	14,7%	17,5%	20,5%	15,9%	100%
POPULAÇÃO 2022 (HABITANTES)	Número de habitantes	59.002.146	35.578.662	29.436.753	23.518.885	20.552.734	16.424.444	10.917.376	5.699.592	1.950.164	203.080.756
	% do total do Brasil	29,1%	17,5%	14,5%	11,6%	10,1%	8,1%	5,4%	2,8%	1,0%	100%
PIB REAL 2021	R\$ trilhões	3,72	1,67	1,29	0,76	0,72	0,53	0,24	0,11	0,04	9,08
	% do total do Brasil	41%	18%	14%	8%	8%	6%	3%	1%	0,4%	100%
PIB REAL PER CAPITA (R\$/HAB.) 2021		56.835	48.117	42.701	33.223	29.542	27.336	23.968	23.442	22.698	42.556
EMISSIONES CO₂e	Totais (milhões de toneladas)	150,4	146,1	189,1	176,5	192,4	199,2	220,6	307,4	259,2	1.840,9
	per capita (t CO ₂ e/hab.)	2,6	4,1	6,3	7,6	9,1	12,1	20,1	53,5	132,9	9,1



O **Tier 1** (azul escuro no mapa) compreendia somente 308 municípios com IPS Brasil médio igual a **67,41**. Esses municípios ocupavam menos de 2% do território brasileiro, mas abrigavam 29% da população e respondiam por 41% do PIB do país. A maioria das capitais brasileiras estava neste *Tier*. Também havia municípios com população inferior a 10 mil habitantes neste grupo, por exemplo, Gavião Peixoto (SP) que atingiu a melhor pontuação no IPS Brasil (**74,49**).

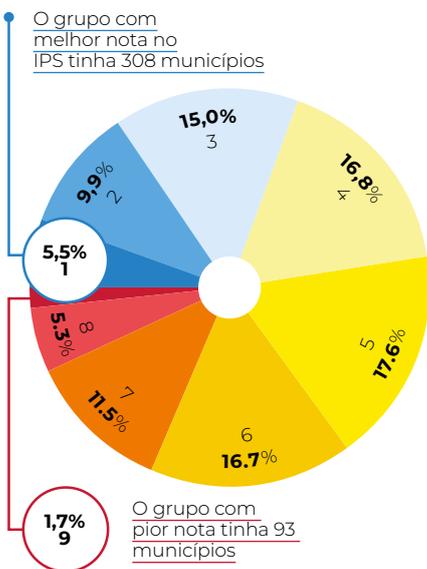


O **Tier 2** (azul médio no mapa) compreendia 549 municípios com IPS Brasil médio igual a **64,30**. Esses municípios ocupavam apenas 4% do território nacional, mas abrigavam 18% da população brasileira e respondiam por 18% do PIB do país. Havia muitos municípios com mais de 100 mil habitantes e algumas capitais neste *Tier*, por exemplo, Manaus (AM), Fortaleza (CE) e Salvador (BA).

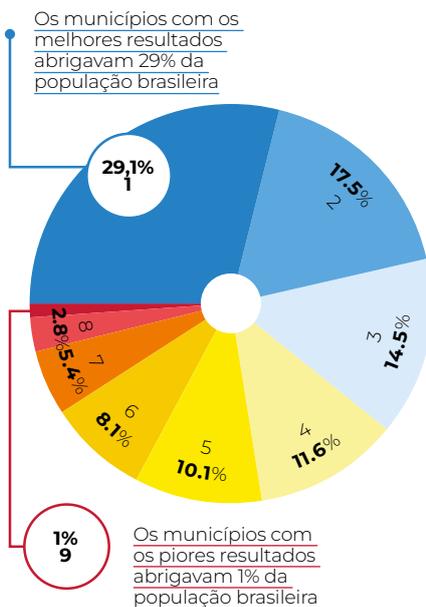
-  O **Tier 3** (azul claro no mapa) compreendia 838 municípios com IPS Brasil médio igual a **61,89**. Esses municípios ocupavam apenas 6% do território, abrigavam 14% da população brasileira e respondiam por 14% do PIB do país. Quatro capitais faziam parte deste *Tier*: Boa Vista (RR), Rio Branco (AC), Belém (PA) e Maceió (AL).
-  O **Tier 4** (amarelo claro no mapa) compreendia 936 municípios com IPS Brasil médio igual a **59,57**. Esses municípios ocupavam 9% do território nacional, abrigavam 12% da população e respondiam por apenas 8% PIB do país.
-  O **Tier 5** (amarelo no mapa) compreendia 981 municípios com IPS Brasil médio igual a **57,35**. Esses municípios ocupavam 11% do território nacional, abrigavam 10% da população brasileira e respondiam por 8% do PIB do país. Duas capitais faziam parte deste *Tier*: Macapá (AP) e Porto Velho (RO).
-  O **Tier 6** (laranja claro no mapa) compreendia 929 municípios com IPS Brasil médio igual a **55,12**. Esses municípios ocupavam 15% do território nacional, abrigavam 8% população brasileira e respondiam por apenas 6% do PIB do país.
-  O **Tier 7** (laranja escuro no mapa) compreendia 640 municípios com IPS Brasil médio igual a **52,48**. Esses municípios ocupavam 17% do território nacional, abrigavam apenas 5% da população brasileira e respondiam por somente 3% do PIB do país.
-  O **Tier 8** (vermelho claro no mapa) compreendia 296 municípios com IPS Brasil médio igual a **49,11**. Esses municípios ocupavam 20% do território nacional, abrigavam apenas 3% da população brasileira e respondiam por somente 1% do PIB do país.
-  O **Tier 9** (vermelho escuro) compreendia apenas 93 municípios com IPS Brasil igual a **44,58**. Esses municípios ocupavam 16% do território nacional, abrigavam 1% da população e respondiam por apenas 0,4% do PIB do país.

Quantos brasileiros estavam em cada nível de progresso social

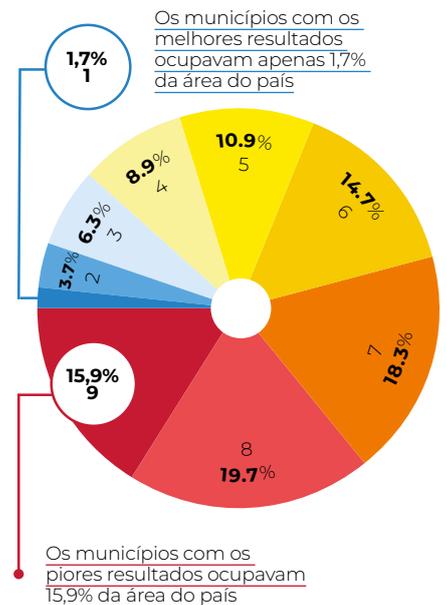
Distribuição dos municípios



Distribuição da população



Distribuição da área



Os municípios dos *Tiers* 1, 2 e 3 (tons de azul no mapa) possuíam melhor desempenho social. Somados, representavam aproximadamente 30% do total dos municípios brasileiros, ocupavam 12% do território nacional, abrigavam 61% da população brasileira (aproximadamente 124 milhões de habitantes) e respondiam por 74% do PIB do país.

Os municípios dos *Tiers* 4, 5 e 6 (tons de amarelo no mapa) possuíam desempenho intermediário no progresso social. Somados, representavam aproximadamente 51% do total dos municípios brasileiros, ocupavam 34%

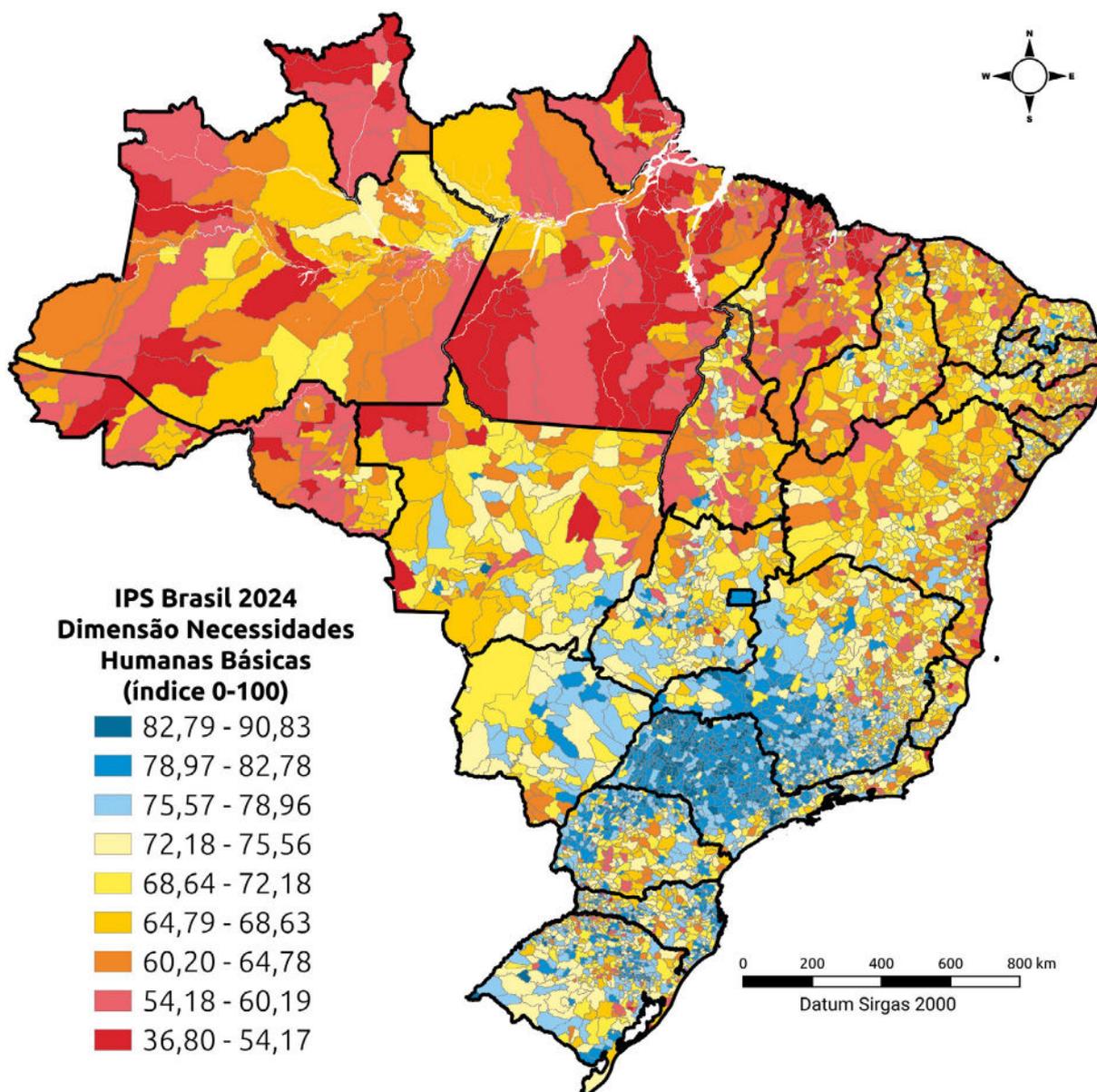
do território nacional, abrigavam 30% da população brasileira (cerca de 60,5 milhões de habitantes) e respondiam por 22% do PIB do país.

Os municípios dos *Tiers* 7, 8 e 9 (tons de vermelho no mapa) possuíam desempenho ruim no progresso social (piores médias do IPS Brasil). Somados, representavam 18% dos municípios brasileiros, ocupavam 54% do território nacional, abrigavam apenas 9% da população brasileira (aproximadamente 18,5 milhões de brasileiros) e respondiam por cerca de 4% do PIB do país; a grande maioria desses municípios estava localizada na Amazônia Legal.

DIMENSÕES DO IPS BRASIL

A dimensão **Necessidades Humanas Básicas** aborda componentes que retratam o que é mais fundamental para o bem viver, respondendo a pergunta orientadora “o município atende às necessidades mais essenciais da sua população?”. Esta dimensão avalia a capacidade de uma população sobreviver com alimentação adequada e cuidados médicos básicos, água de qualidade, condições de saneamento, abrigo e segurança pessoal (Figura 3).

Necessidades Humanas Básicas apresentou o melhor desempenho na composição do IPS Brasil 2024, com nota **73,58**. Ela também obteve o bom desempenho no nível municipal, com as melhores pontuações do IPS. Os municípios localizados na Amazônia Legal apresentaram um desempenho menor que o do restante do Brasil. Os componentes que tiveram mais influência sobre os resultados desta dimensão foram Água e Saneamento e Moradia. Os municípios situados na Região Sudeste, em especial o estado de São Paulo e as porções central e sul de Minas Gerais, apresentaram manchas azuis significativas nesta dimensão.

Figura 3. Mapa da dimensão Necessidades Humanas Básicas - IPS Brasil 2024.

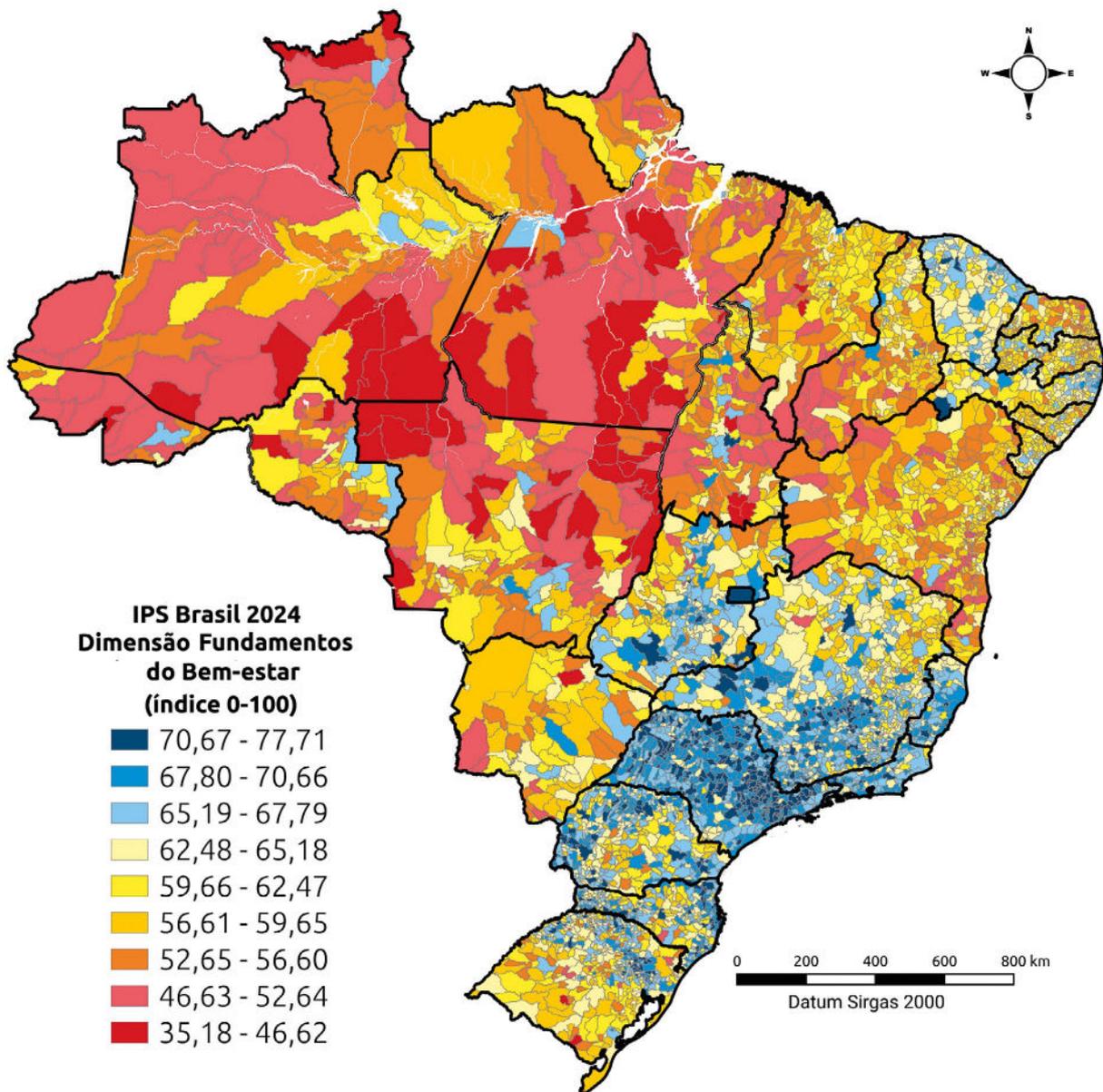
A dimensão **Fundamentos do Bem-estar** possui elementos que nos permitem identificar se há condições efetivas para ampliação da qualidade de vida de uma população e responde a pergunta orientadora “existem estruturas implementadas que garantem aos indivíduos e às comunidades a melhoria e sustento do seu bem-estar?”. Esta dimensão

retrata até que ponto os indivíduos podem obter uma educação básica e informação, liberdade de expressão e benefícios de um sistema de saúde que permita uma vida longa e mais saudável. Além disso, também mede a qualidade do meio ambiente do território, um componente fundamental para o bem-estar atual e futuro (Figura 4).

Esta dimensão obteve pontuação média de **67,10** no IPS Brasil. Contudo, houve uma discrepância entre os municípios e os estados, com destaque positivo para os municípios situados em grande parte da Região Sudeste

e *clusters* no Paraná e Santa Catarina. Em contrapartida, é possível observar uma maior concentração de municípios críticos na Amazônia Legal e nos estados do Piauí, Bahia e Mato Grosso do Sul.

Figura 4. Mapa da dimensão Fundamentos do Bem-estar - IPS Brasil 2024.

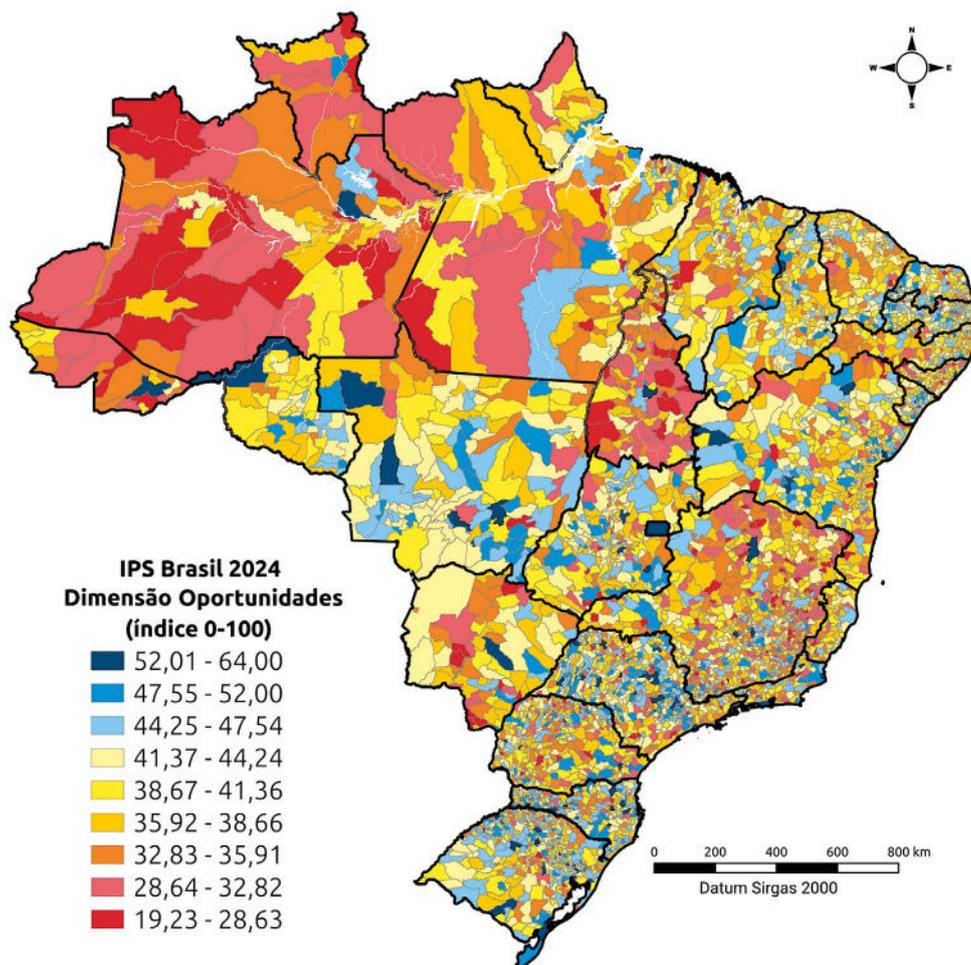


Por fim, a dimensão **Oportunidades** mede se há condições estruturais que podem impulsionar ou impedir a busca pelo progresso social e crescimento individual de cidadãos. Esta dimensão é orientada pela pergunta “existem oportunidades para todos os indivíduos atingirem o seu potencial pleno?”. Dessa forma, o IPS abrange um espectro amplo de fatores que contribuem para o verdadeiro progresso social, diferentemente de outras abordagens que se concentram apenas nas necessidades fundamentais e frequentemente esquecem ou isolam a dimensão Oportunidades. Esta dimensão é tradicionalmente a mais difícil de mensurar no IPS em todo

mundo. Isso porque envolve temas que muitas vezes não podem ser plenamente medidos – por exemplo, aqueles ligados à liberdade pessoal e de escolha ou à inclusão social – sobretudo pela carência de indicadores a nível municipal (Figura 5).

Oportunidades obteve pontuação média de apenas **44,83** no IPS Brasil. Em geral, os melhores resultados para a dimensão Oportunidades ocorreram nos municípios mais populosos do país. Entre as capitais, os destaques positivos foram para Teresina (PI), Aracaju (SE) e Brasília (DF). Todas essas com notas acima de 60. Por outro lado, três capitais obtiveram notas inferiores a 50 pontos: Boa Vista (RR), Fortaleza (CE) e Belém (PA).

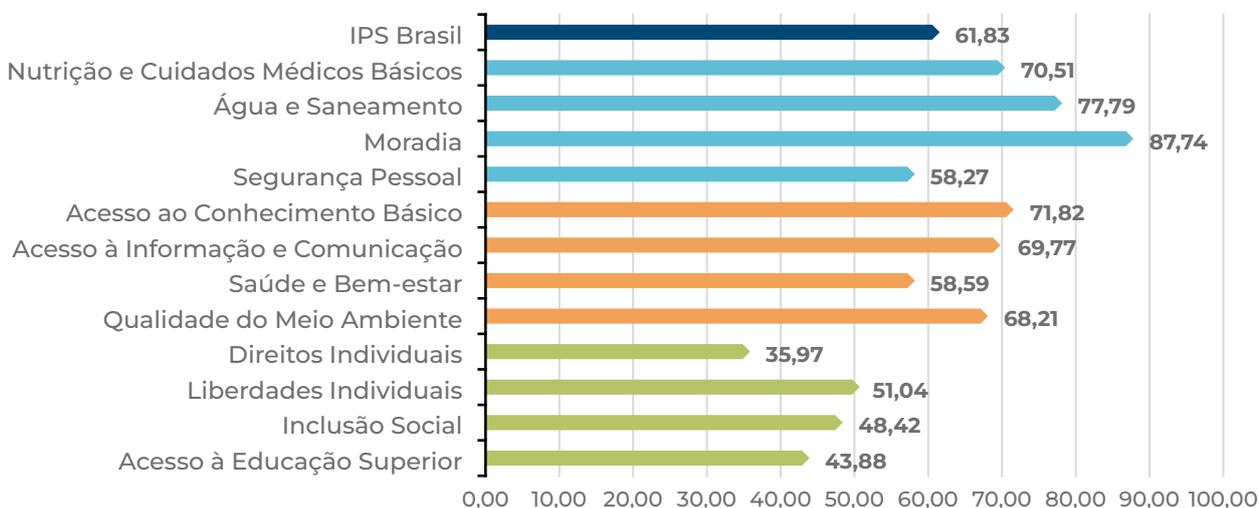
Figura 5. Mapa da dimensão Oportunidades - IPS Brasil 2024.



COMPONENTES DO IPS BRASIL

Entre os componentes, os que apresentaram melhor média geral foram Moradia (87,74) e Água e Saneamento (77,79). Por outro lado, os mais críticos foram Direitos Individuais (35,97) e Acesso à Educação Superior (43,88) (Figura 6).

Figura 6. Notas dos componentes do IPS Brasil.



Os componentes do IPS Brasil revelam a multidimensionalidade socioambiental do Brasil continental (Anexo 1). A seguir, os principais destaques dentro dos componentes do IPS Brasil 2024.

Um dos retratos da desigualdade no país é o acesso à água de qualidade e saneamento básico. Os melhores resultados deste componente (Água e Saneamento) estavam nos municípios situados no estado de São Paulo e em *clusters* de municípios nos outros estados do Sudeste e Sul do Brasil. Em contrapartida, a situação era mais crítica nos municípios situados na Amazônia Legal.

Segurança Pessoal é um dos maiores desafios para o progresso social no Brasil. A situação era crítica nos municípios da costa da Região Nordeste e em grande parte da Amazônia Legal, no estado de São Paulo e em *clusters* de municípios nos outros estados do Sudeste e Sul do Brasil.

O Brasil possui um extenso sistema educacional que abrange desde a educação infantil até o ensino superior. No entanto, apesar dos investimentos realizados ao longo dos anos, o país ainda enfrenta questões críticas na área de educação como qualidade baixa, desigualdade de acesso e disparidades regionais. Por exemplo, as melhores notas no componente Acesso ao Conhecimento Básico estavam nos municípios dos estados de São Paulo (Sudeste), Ceará (Nordeste) e Goiás (Centro-Oeste). Por outro lado, os municípios localizados nos estados do Pará (Amazônia Legal) e Bahia (Nordeste) apresentaram as notas mais baixas deste componente.

Cada vez mais o acesso a tecnologias assume um papel central na inclusão social e no desenvolvimento socioeconômico. Os municípios com os melhores desempenhos no componente Acesso à Informação e Comunicação estavam sobretudo nas Regiões Sudeste e Sul do país. Em contrapartida, havia maior déficit

“Segurança Pessoal é um dos maiores desafios para o progresso social no Brasil.”

“Cada vez mais o acesso a tecnologias assume um papel central na inclusão social e no desenvolvimento socioeconômico.”



neste componente nos municípios do interior da Região Nordeste e na Amazônia Legal.

O desempenho do componente Saúde e Bem-estar reflete a performance dos municípios brasileiros ao proporcionarem aos seus habitantes condições para uma vida saudável. Os municípios em grande parte de Minas Gerais e aqueles situados em algumas partes da Bahia, Maranhão, Pará e Amazonas apresentaram melhores notas neste componente. Por outro lado, havia municípios com notas menores principalmente na Região Sul do Brasil, em Mato Grosso do Sul e em boa parte da Região Nordeste.

O componente Qualidade do Meio Ambiente apresentou resultados mais críticos nos municípios situados no chamado arco do desmatamento na Amazônia Legal. Os municípios nessa área enfrentam uma perda significativa de sua cobertura florestal, supressão de vegetação secundária, emissões expressivas de Gases de Efeito Estufa (GEE) e insuficiência de áreas verdes nos núcleos urba-

nos. Importante registrar uma perda significativa de vegetação original e supressão de vegetação no Rio Grande do Sul (Região Sul) e no norte de Minas Gerais (Região Sudeste do Brasil).

O componente Inclusão Social busca garantir que todos os indivíduos tenham acesso equitativo a oportunidades e recursos, independentemente de sua origem, raça, gênero, orientação sexual, condição socioeconômica ou deficiência. Os municípios da Região Nordeste alcançaram os melhores desempenhos neste componente. Por outro lado, os municípios dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais (Região Sudeste) e Paraná (Região Sul) apresentaram as menores notas.



“O componente **Inclusão Social** busca garantir que todos os indivíduos tenham acesso equitativo a oportunidades e recursos, independentemente de sua origem, raça, gênero, orientação sexual, condição socioeconômica ou deficiência.”

MUNICÍPIOS COM MELHORES E PIORES DESEMPENHOS

Havia desigualdade significativa na distribuição do progresso social entre os municípios brasileiros de acordo com o IPS Brasil 2024.

O *ranking* dos 20 municípios com os melhores e piores desempenhos em relação a notas do IPS (Quadro 5) revelou um grande contraste entre a Amazônia Legal, onde se concentra a maioria dos municípios críticos, e o Sudeste do Brasil, onde estão os municípios com as maiores notas do IPS.

Quadro 5. Pontuações dos 20 municípios brasileiros com os melhores e piores desempenhos no IPS Brasil 2024.

20 MUNICÍPIOS COM MELHORES PONTUAÇÕES NO IPS BRASIL 2024			20 MUNICÍPIOS COM PIORES PONTUAÇÕES NO IPS BRASIL 2024		
Município	UF	Pontuação	Município	UF	Pontuação
Cavião Peixoto	SP	74,49	Uiramutã	RR	37,63
Brasília	DF	71,25	Alto Alegre	RR	38,38
São Carlos	SP	70,96	Trairão	PA	38,69
Goiânia	GO	70,49	Bannach	PA	38,89
Nuporanga	SP	70,47	Jacareacanga	PA	38,92
Indaiatuba	SP	70,47	Cumaru do Norte	PA	40,64
Gabriel Monteiro	SP	70,42	Pacajá	PA	40,70
Águas de São Pedro	SP	70,37	Uruará	PA	41,26
Jaguariúna	SP	70,29	Portel	PA	42,23
Araraquara	SP	70,22	Bonfim	RR	42,27
Presidente Lucena	RS	70,14	Anapu	PA	42,30
Luzerna	SC	70,09	Oiapoque	AP	42,46
Pompeia	SP	70,06	Pauini	AM	42,63
São Caetano do Sul	SP	70,02	Nova Nazaré	MT	42,78
Maringá	PR	69,96	São Félix de Balsas	MA	43,05
Piracicaba	SP	69,95	Feijó	AC	43,11
Nova Lima	MG	69,89	Amajari	RR	43,38
Campinas	SP	69,88	Pracuúba	AP	43,50
Caxambu	MG	69,69	Gaúcha do Norte	MT	43,53
Vinhedo	SP	69,65	Santa Rosa do Purus	AC	43,78

As capitais apresentaram notas relativamente melhores (tons de azul) no IPS com exceção de Porto Velho (RO) e Macapá (AP). As cinco melhores capitais foram Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Florianópolis e Curitiba (Quadro 6).

Houve variação de desempenho entre as capitais nos componentes do IPS. Curitiba (PR) liderou em Água e Saneamento e também em Qualidade do Meio Ambiente. No componente Acesso ao Conhecimento Básico, os destaques foram Palmas (TO) e

Goiânia (GO). Por sua vez, em Acesso à Informação e Comunicação, a liderança ficou com Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS). Em Acesso à Educação Superior, o primeiro lugar ficou para Belo Horizonte (MG). Manaus (AM) liderou em Inclusão Social e Recife (PE) também obteve uma nota melhor, enquanto São Paulo (SP) apresentou o pior resultado neste componente. Em Segurança Pessoal, a situação foi mais crítica em Manaus (AM) e Aracaju (SE) (Anexo 2).

Quadro 6. Pontuações das capitais no IPS Brasil 2024 e sua classificação entre os nove *Tiers*.

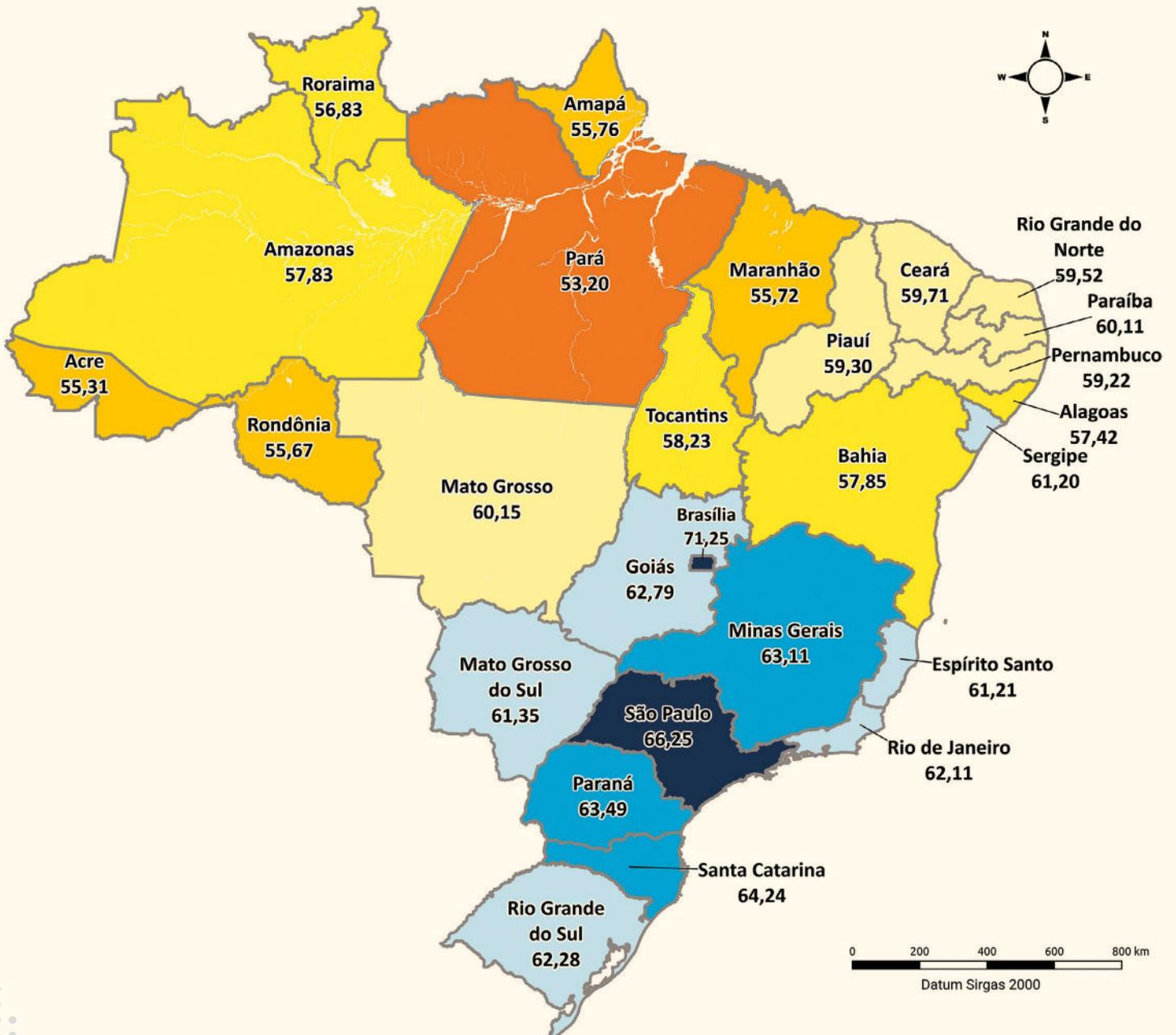
Capital	UF	IPS	Ranking	Tier
Brasília	DF	71,25	1	1
Goiânia	GO	70,49	2	1
Belo Horizonte	MG	69,62	3	1
Florianópolis	SC	69,56	4	1
Curitiba	PR	69,36	5	1
São Paulo	SP	68,79	6	1
Cuiabá	MT	68,47	7	1
Campo Grande	MS	68,21	8	1
Palmas	TO	68,07	9	1
Aracaju	SE	67,89	10	1
Teresina	PI	67,37	11	1
Vitória	ES	67,20	12	1
Porto Alegre	RS	66,90	13	1
Rio de Janeiro	RJ	66,41	14	1
São Luís	MA	65,69	15	2
João Pessoa	PB	65,55	16	2
Natal	RN	64,45	17	2
Fortaleza	CE	64,42	18	2
Manaus	AM	64,35	19	2
Salvador	BA	63,80	20	2
Recife	PE	63,73	21	2
Boa Vista	RR	62,76	22	3
Rio Branco	AC	62,68	23	3
Belém	PA	62,51	24	3
Maceió	AL	62,37	25	3
Macapá	AP	58,03	26	5
Porto Velho	RO	57,10	27	5

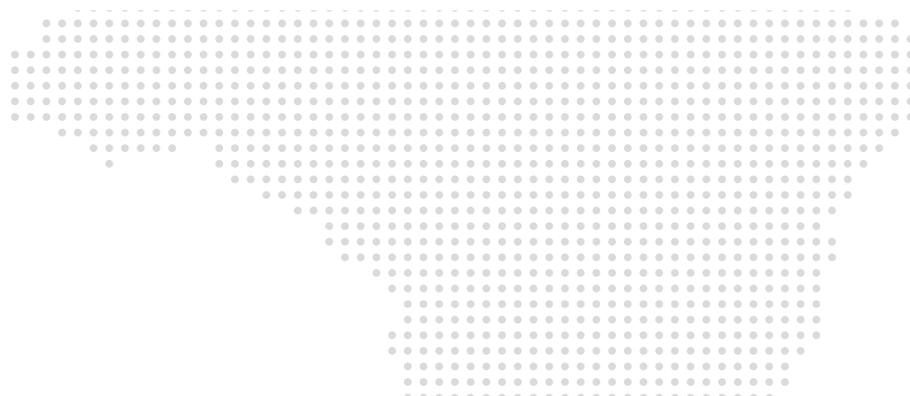




ESTADOS

Distrito Federal (1º) e São Paulo (2º) destacaram-se com as melhores notas no *ranking* dos estados, em azul escuro no mapa (Figura 7). Apesar de seus bons desempenhos, eles também possuíam pontos de atenção, por exemplo, no componente Inclusão Social, o Distrito Federal ocupava o 26º lugar entre as 27 unidades federativas e São Paulo, o 23º lugar. O Acre (26º) e o Pará (27º), em laranja claro e escuro no mapa, respectivamente, apresentaram as notas mais baixas entre os estados. Contudo, estes dois estados também apresentaram resultados positivos no componente Saúde e Bem-estar: o Pará obteve o 4º lugar e o Acre, o 8º lugar dentre os 27 estados (Anexo 3).

Figura 7. Resultados do IPS Brasil para as unidades federativas.



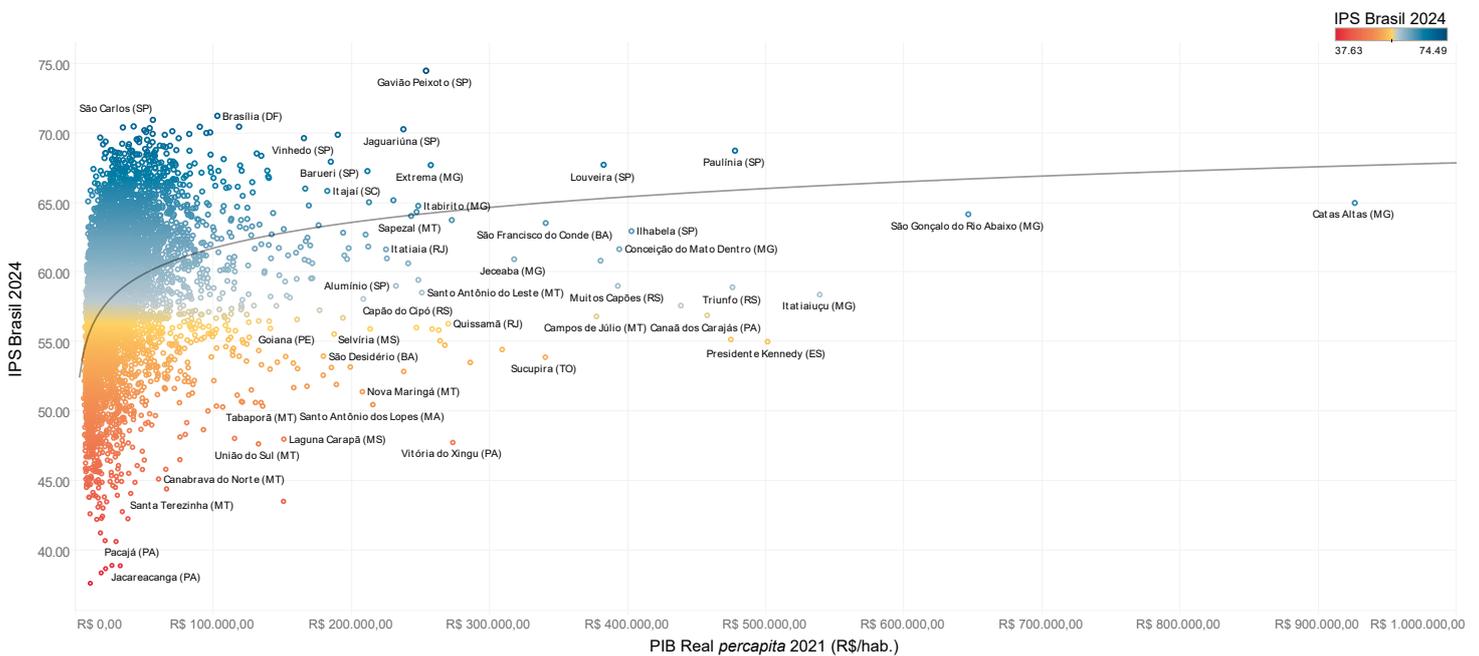
PROGRESSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS

Somente a performance econômica não explica totalmente o progresso social de um município. O IPS é uma ferramenta que pode ajudar um território a compreender melhor a relação entre o seu progresso socioambiental e o desenvolvimento econômico, já que é possível fazer correlações entre o IPS e indicadores econômicos. No IPS Brasil 2024, optamos por fazer a análise considerando o PIB *per capita* 2021, porém, é possível realizar essa mesma correlação com outros indicadores como renda *per capita* ou investimentos em um território.

A análise de regressão feita a partir do IPS Brasil 2024 e o PIB *per capita* 2021 (Figura 8) revela uma grande variação de resultados, principalmente para aqueles municípios com PIB *per capita* inferior a R\$ 100 mil. Entre

os municípios com níveis de PIB menores, houve uma variação grande dos resultados de progresso social, ou seja, mesmo com um PIB baixo, é possível atingir boas notas no IPS Brasil 2024. Um exemplo ocorre entre dois municípios na Amazônia Legal com a mesma faixa de PIB *per capita*, mas com resultados bem diferentes no IPS. De um lado está o município Jacareacanga (PA) – que sofre com garimpo ilegal e desmatamento – com IPS 38,92 e classificação 5.566/5.570 e, do outro, o município de Itacoatiara (AM) com IPS 58,60 e classificação 2.579/5.570 localizado em uma área da Amazônia mais conservada. Essas grandes variações de resultados demonstram que o PIB *per capita* não explica sozinho o progresso social.

Figura 8. Relação entre o IPS Brasil 2024 e o PIB *per capita* 2021 dos municípios brasileiros.



Para mais informações sobre o IPS Brasil, acessar: <https://www.ipsbrasil.org.br>

REFERÊNCIAS

BCB. Banco Central do Brasil. 2024. Calculadora do cidadão: Índice de Preços IPCA. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/jsp/index.jsp>

IBGE. 2022. Malha municipal digital e áreas territoriais 2022: Nota metodológica n. 01. Informações técnicas e legais para a utilização dos dados publicados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html>

IBGE. 2023a. População residente total do Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>

IBGE. 2023b. Produto Interno Bruto dos municípios 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>

Seeg. Sistema de Estimativa de Emissões de GEE. 2024a. Emissões totais brutas de CO₂ e GWP-AR5 por municípios brasileiros. Disponível em: <https://seeg.eco.br/>

Seeg. Sistema de Estimativa de Emissões de GEE. 2024b. Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil. Disponível em: <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2024/02/SEEG11-RELATORIO-ANALITICO.pdf>

Social Progress Imperative. 2024. The 2024 Social Progress Index results. Social Progress Imperative. Washington, DC. Disponível em: <https://www.socialprogress.org>

Stern, S.; Harmacek, J.; Krylova, P. & Htitich, M. 2024. Social Progress Index Methodology summary. Social Progress Imperative. Washington, DC. Disponível em: <https://www.socialprogress.org/methodology/>

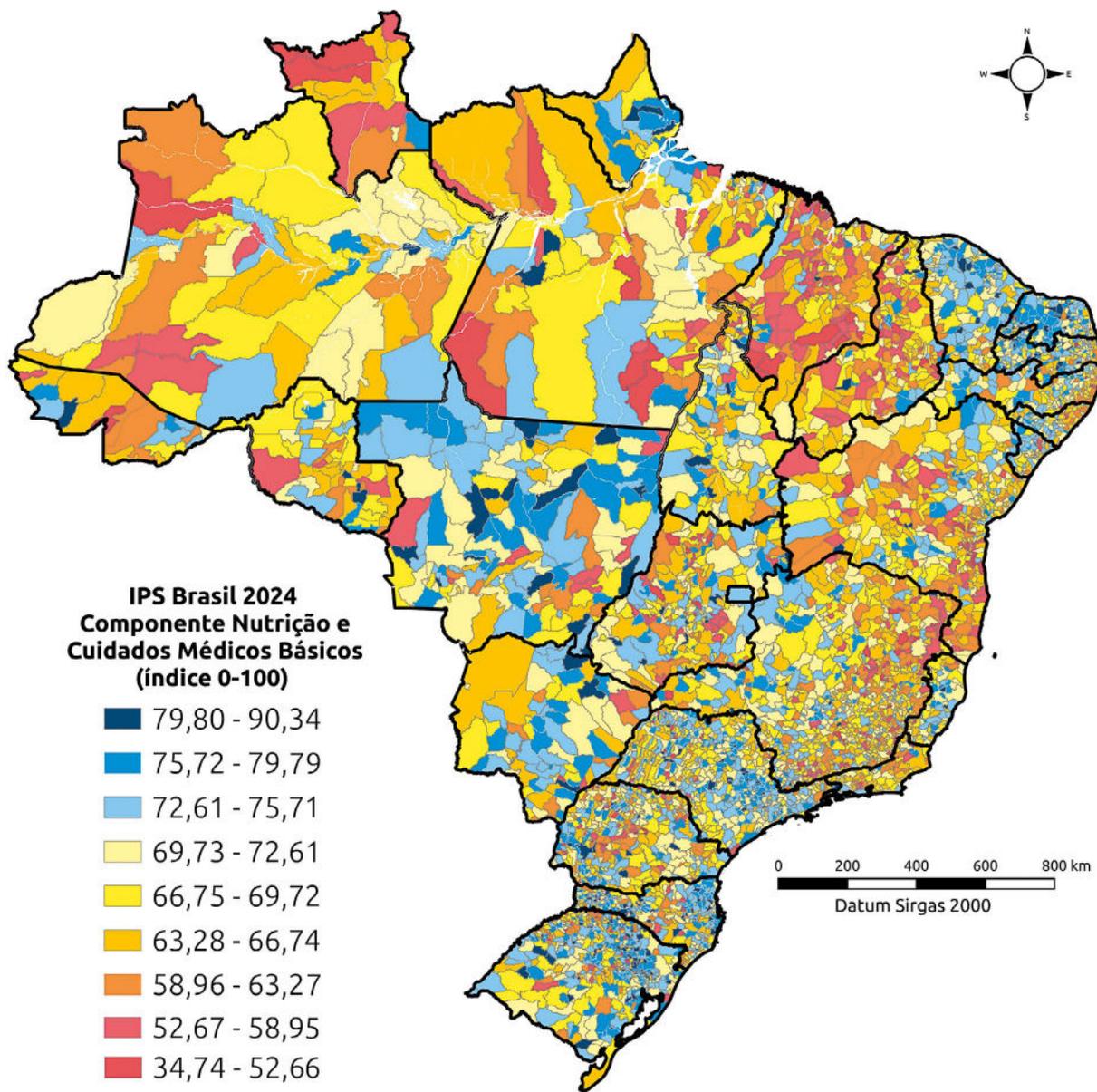
Imazon. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia 2023. IPS Amazônia 2023 [livro eletrônico]: Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: Resumo Executivo / Daniel Santos... [et al.]. 4. ed. Belém, PA.

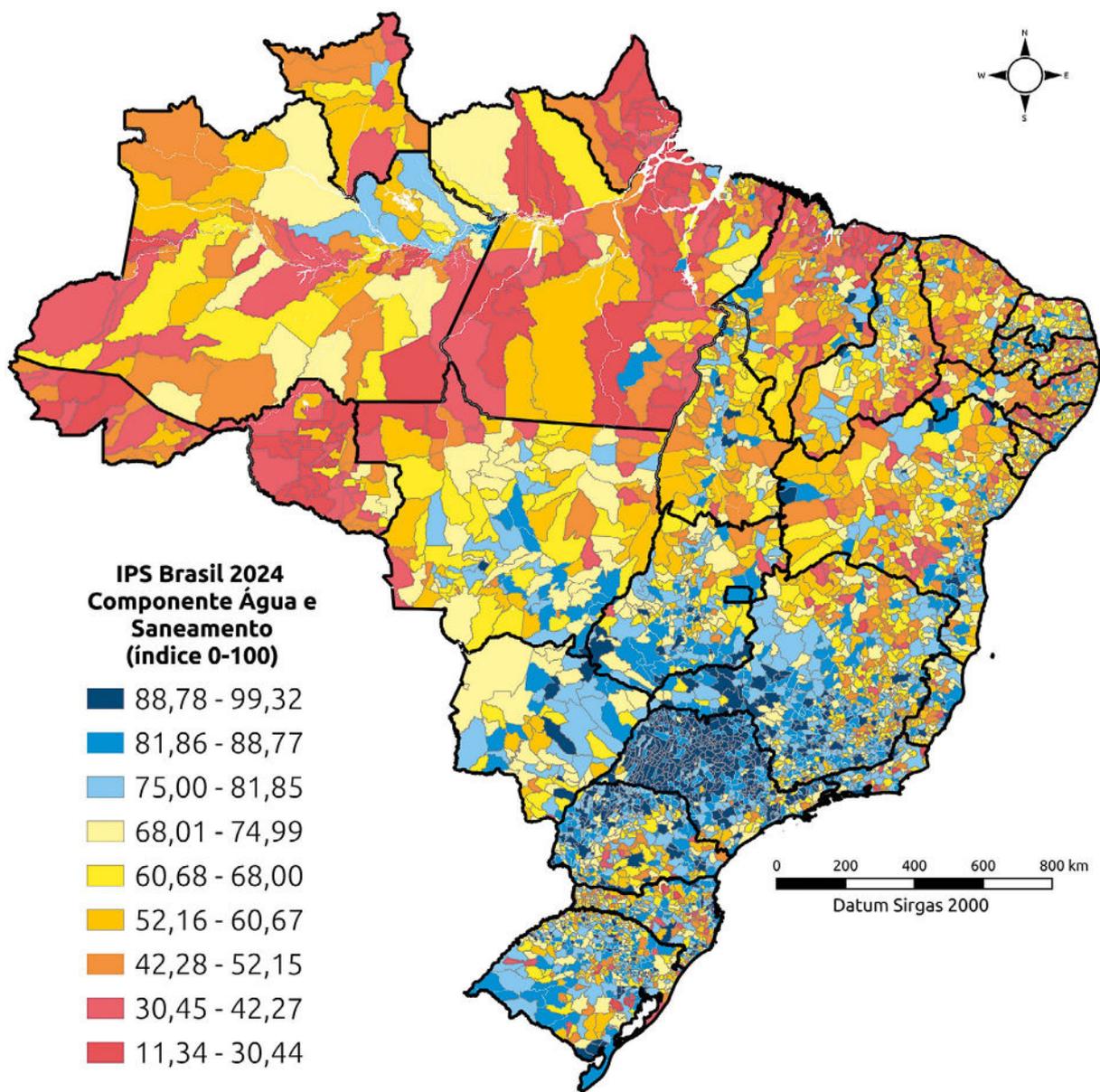
ANEXO I, II e III

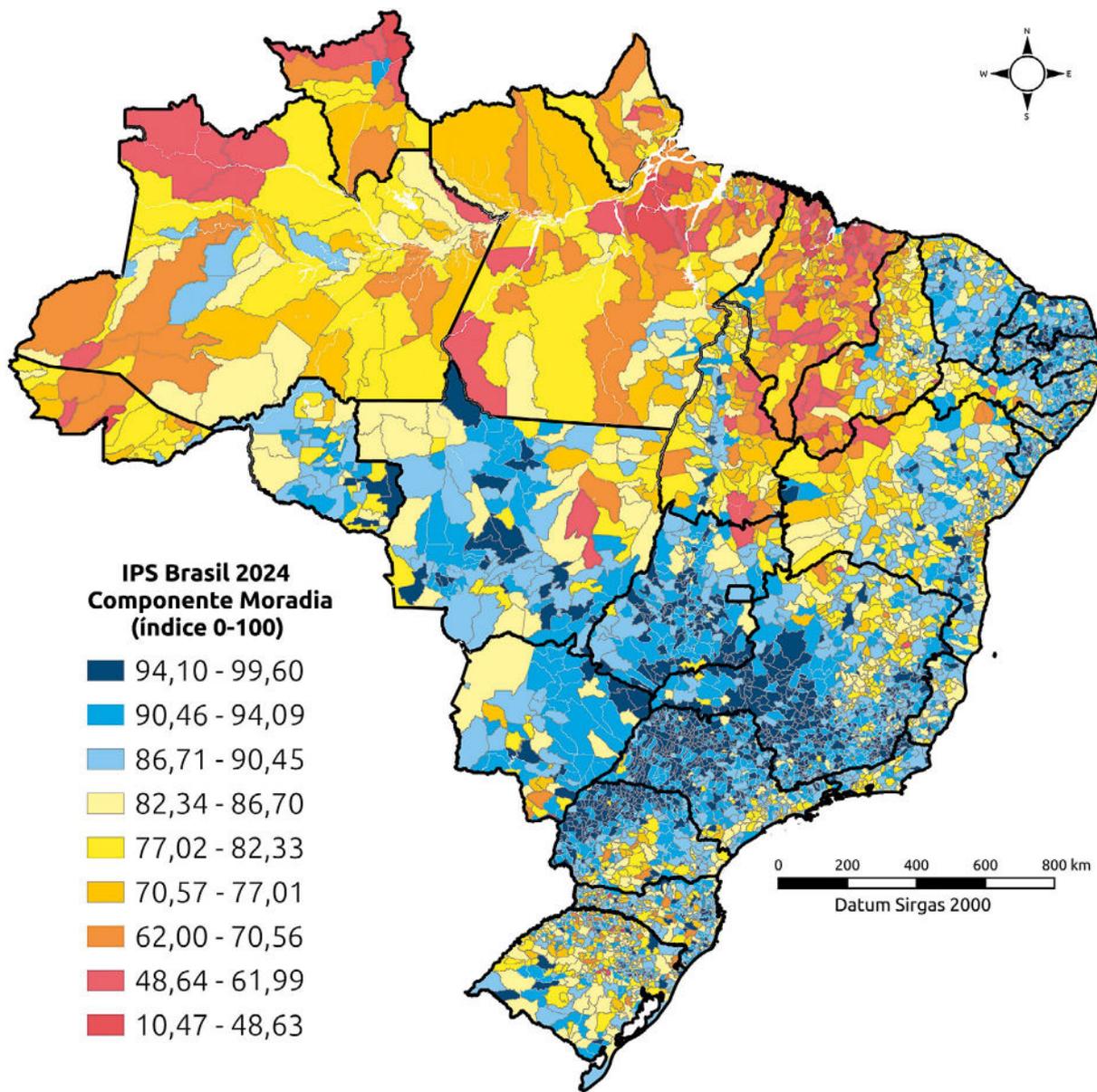
MAPAS
DOS COMPONENTES
IPS BRASIL 2024

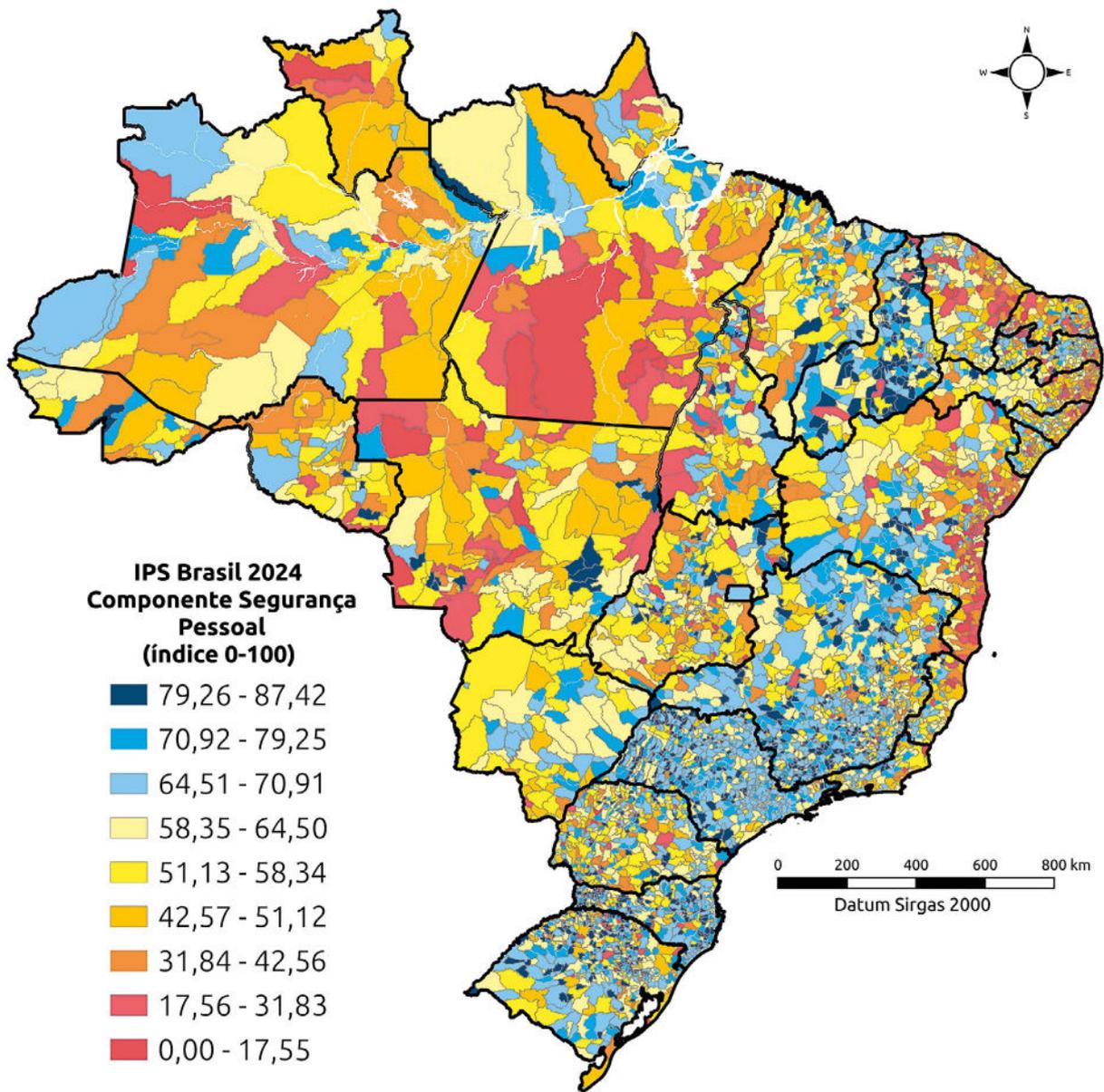
RESULTADOS DO IPS BRASIL PARA AS
CAPITAIS

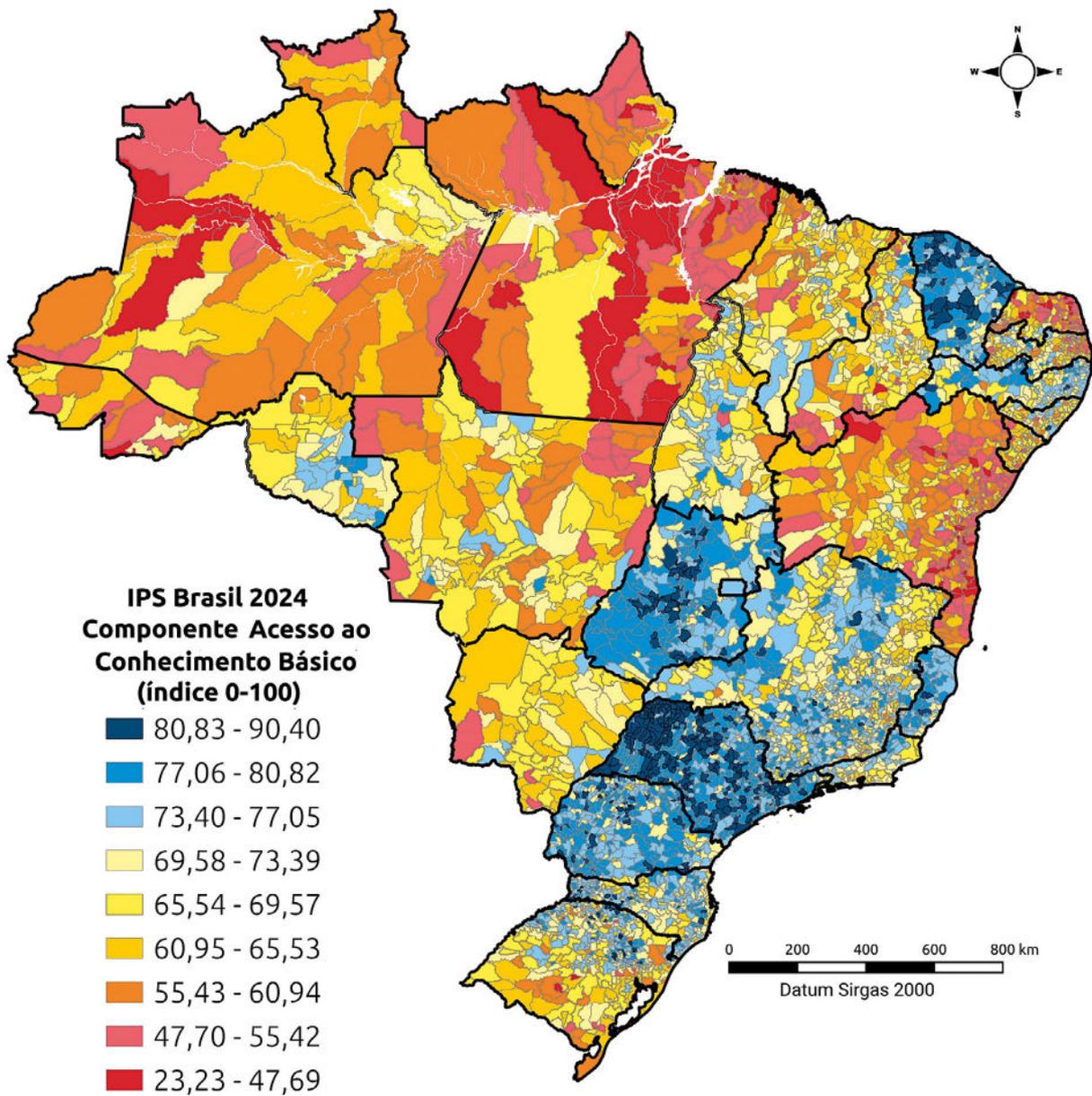
RESULTADOS DOS COMPONENTES DO IPS
BRASIL PARA AS UNIDADES FEDERATIVAS.

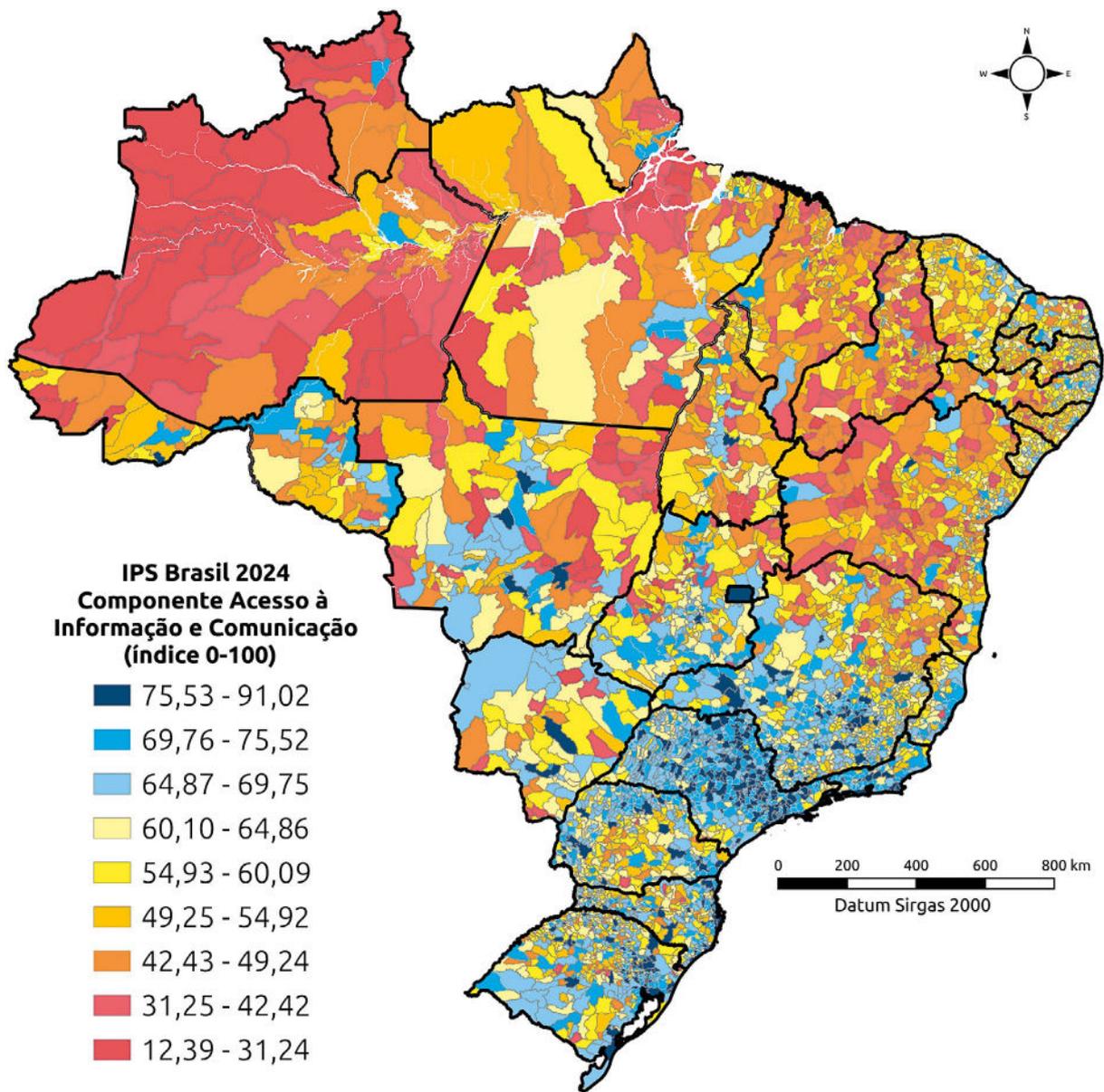


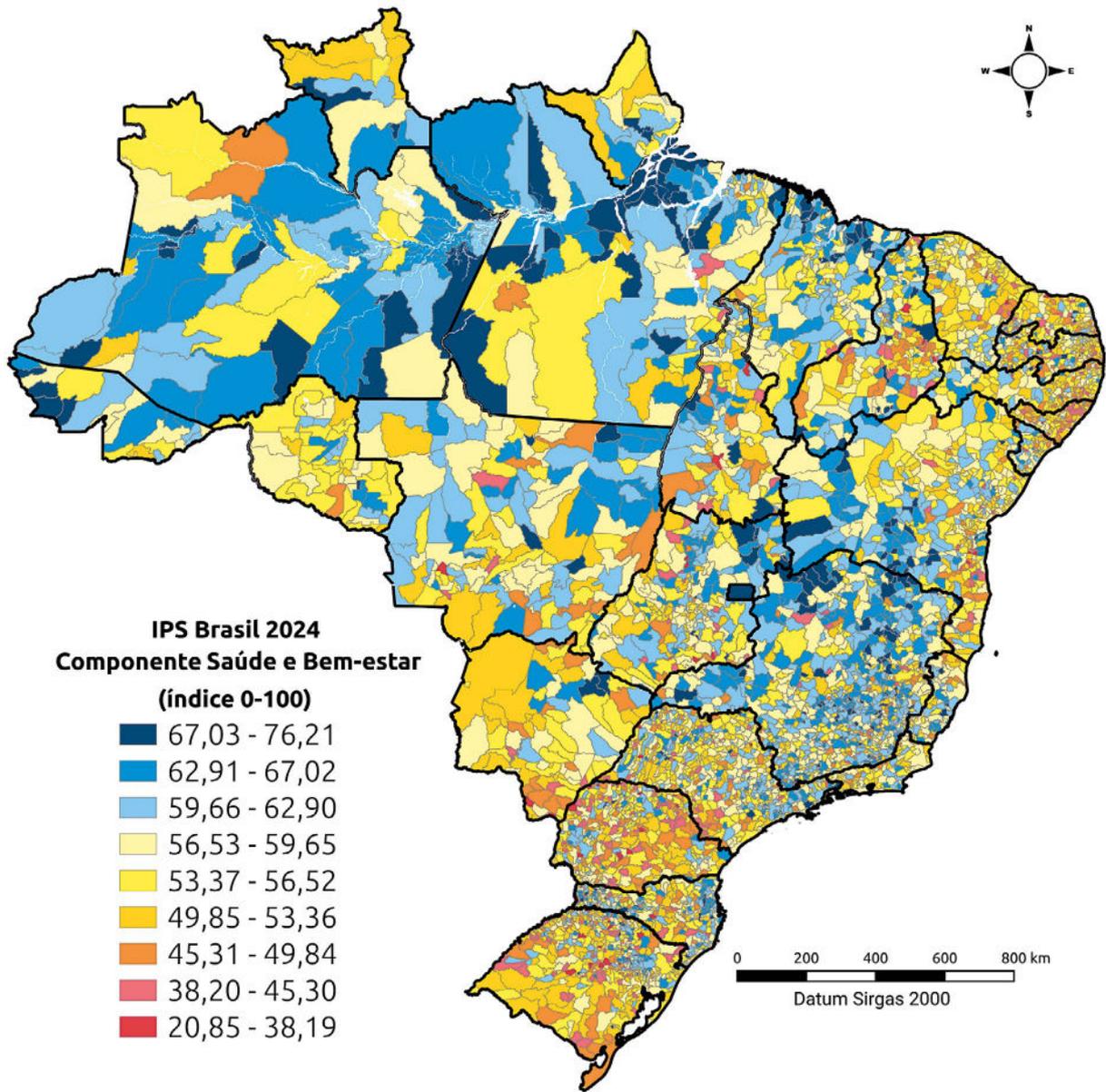


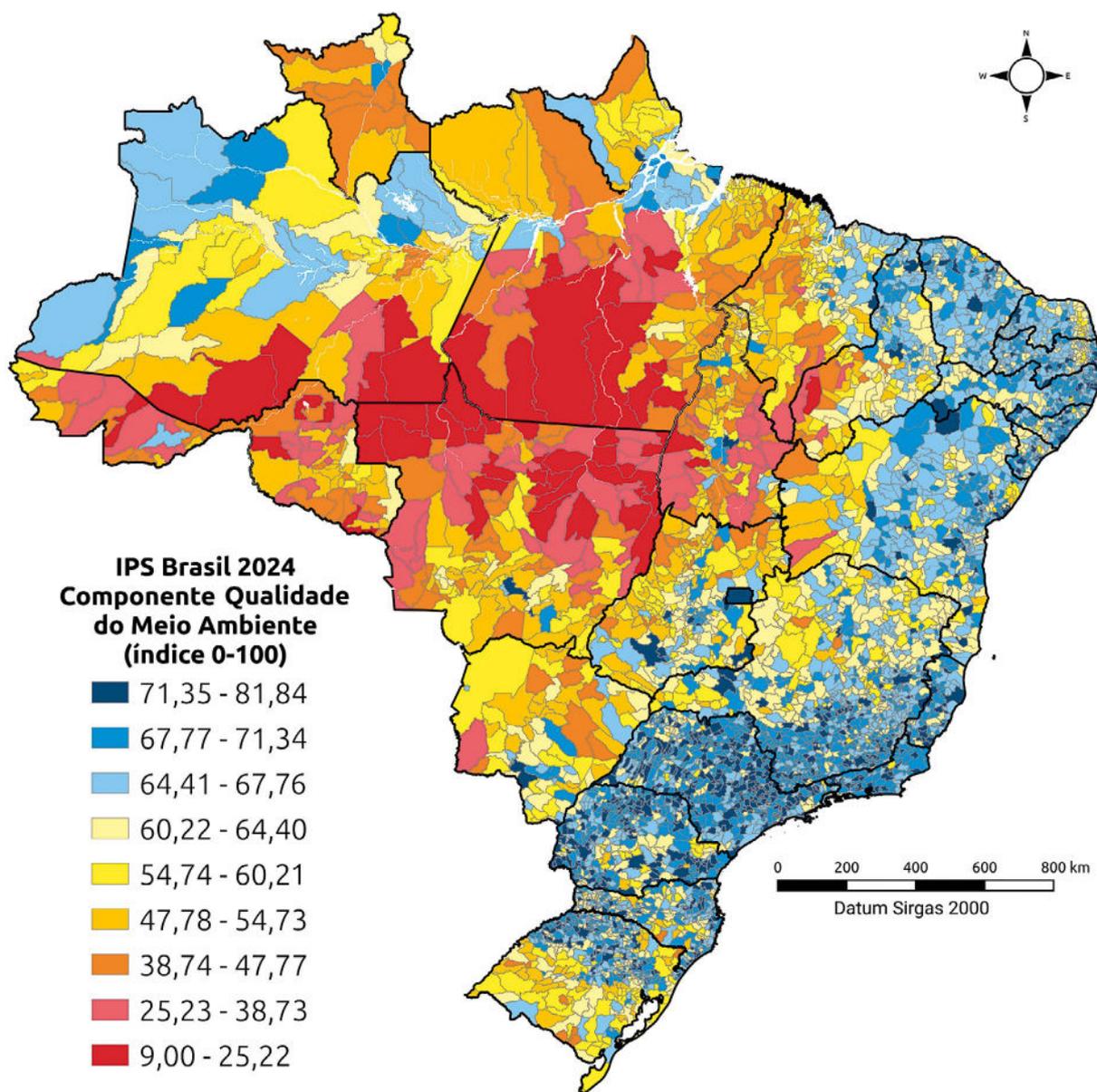


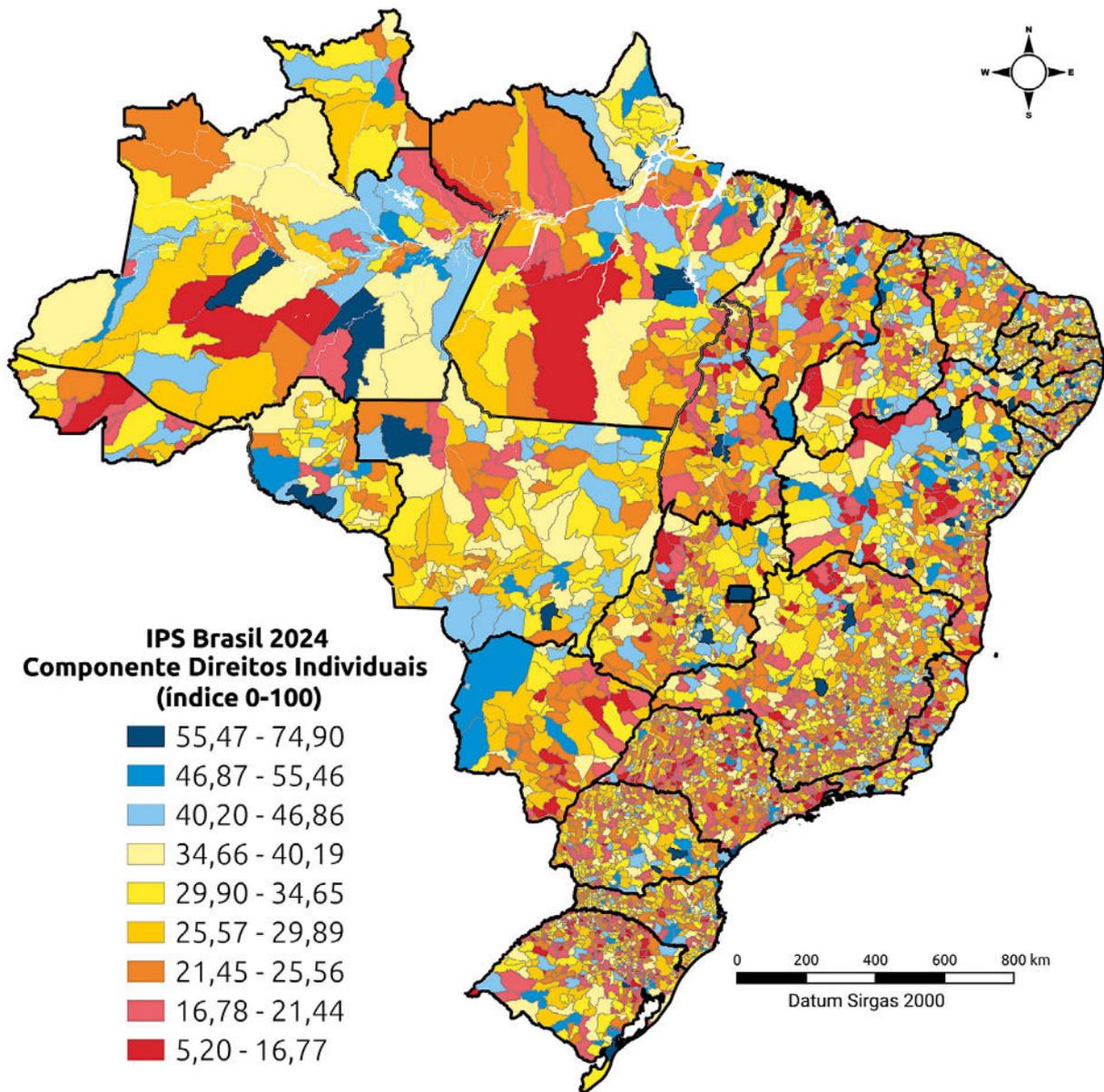


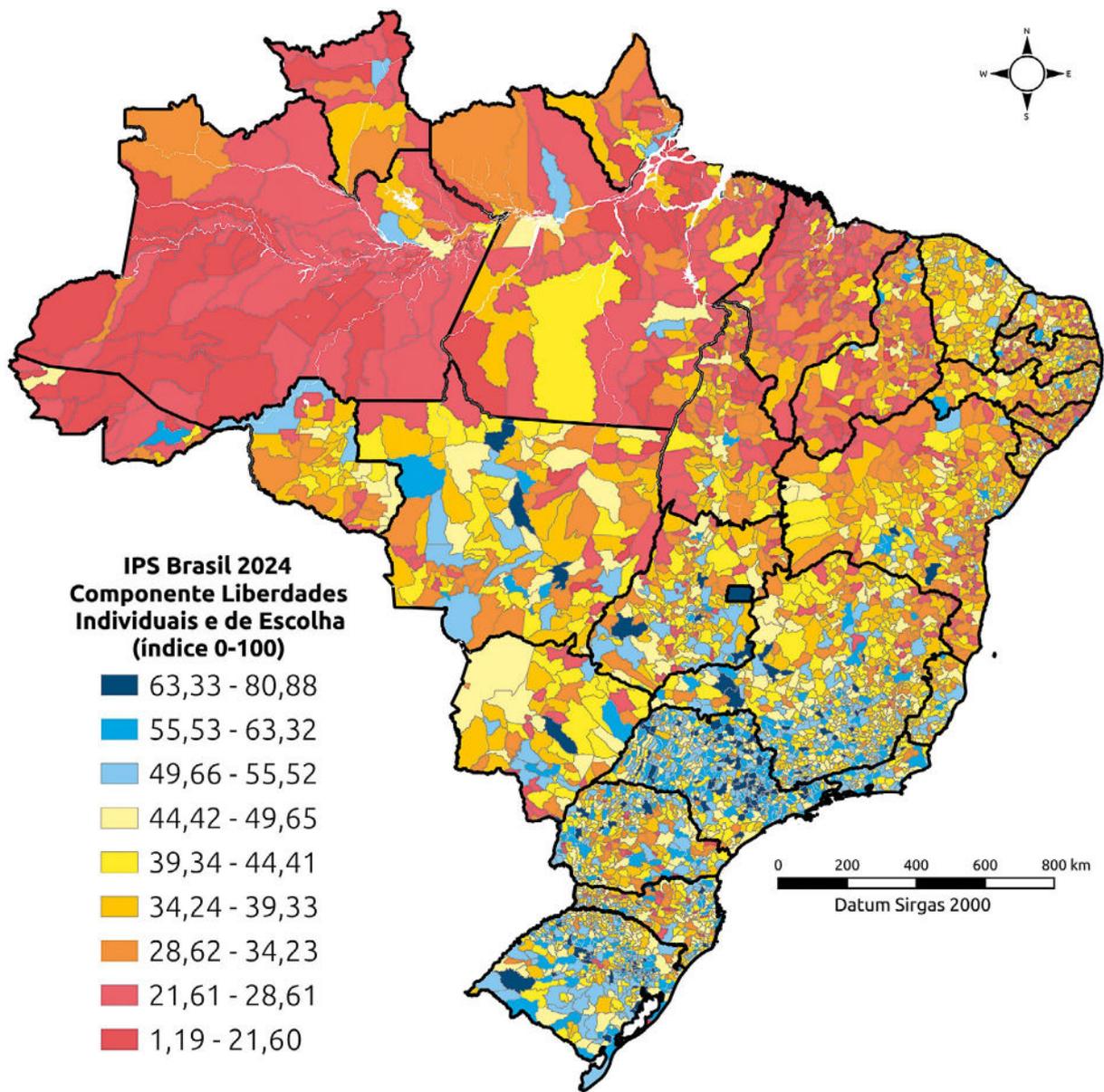


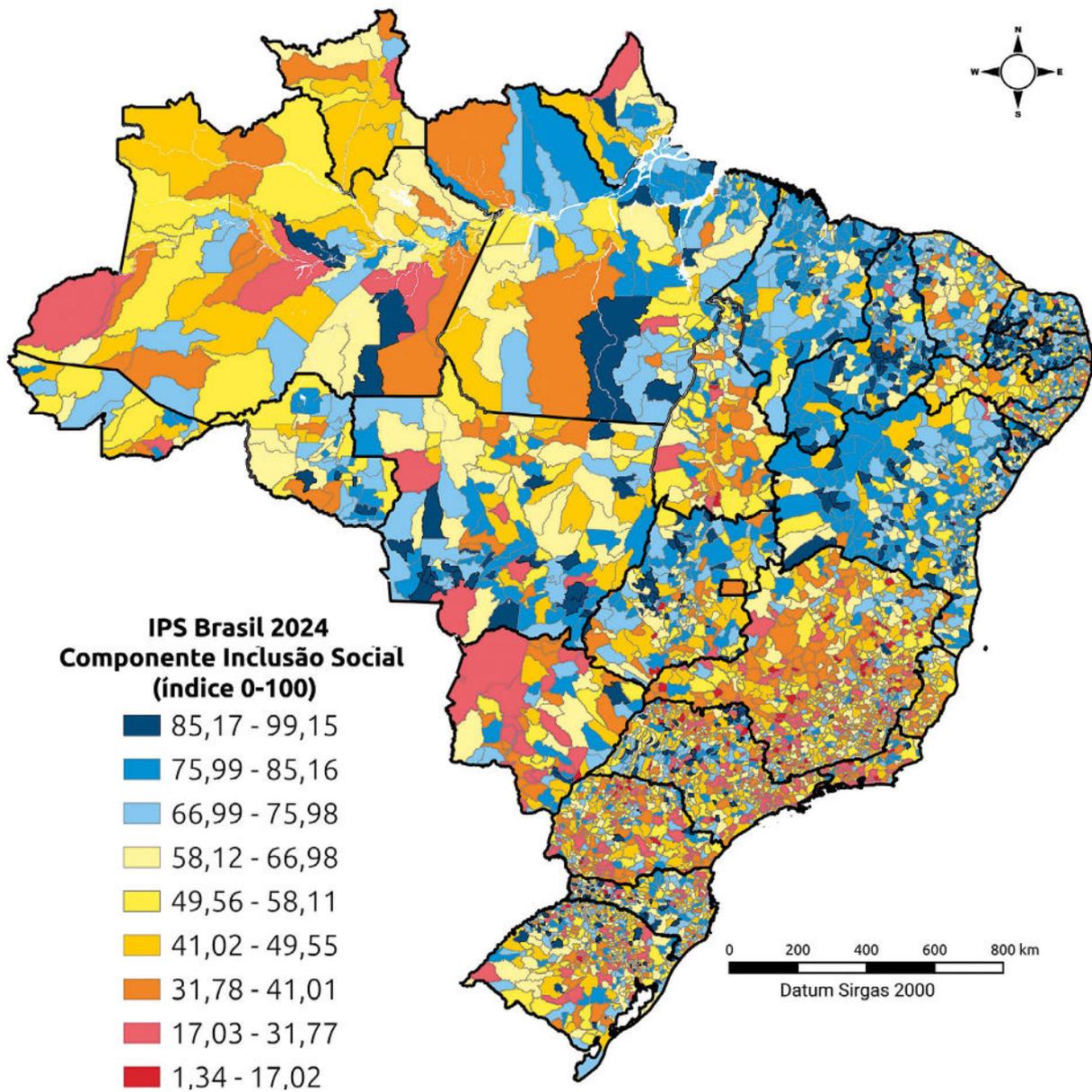


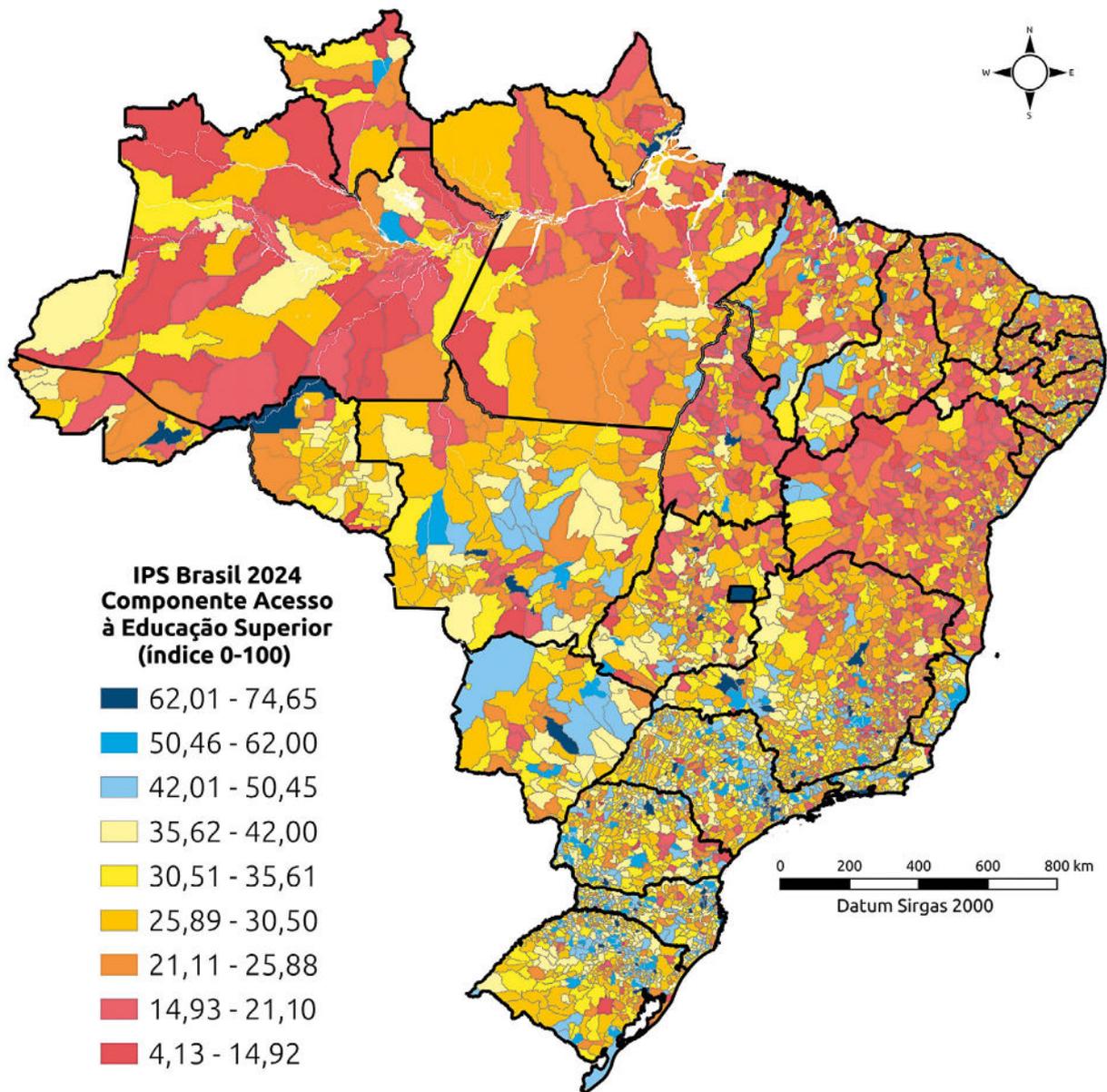












ANEXO 2 – RESULTADOS DO IPS BRASIL PARA AS CAPITAIS

Município	UF	IPS Brasil	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Água e Saneamento	Moradia	Segurança Pessoal	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação e Comunicação	Saúde e Bem-estar	Qualidade do Meio Ambiente	Direitos Individuais	Liberdades Individuais	Inclusão Social	Acesso à Educação Superior
Brasília	DF	71,25	74,58	88,36	87,18	66,51	73,77	77,56	68,77	74,91	63,10	71,55	37,23	71,50
Goiânia	GO	70,49	73,17	91,88	94,96	62,25	78,64	79,38	61,25	71,25	56,13	67,26	37,02	72,73
Belo Horizonte	MG	69,62	70,35	89,19	85,32	64,87	72,77	80,27	63,39	71,40	55,58	62,15	45,55	74,56
Florianópolis	SC	69,56	79,16	87,69	86,67	71,20	71,57	84,45	64,40	70,25	39,21	62,48	43,71	73,97
Curitiba	PR	69,36	70,12	94,17	89,92	64,04	77,81	81,85	62,36	78,31	48,69	61,00	31,60	72,46
São Paulo	SP	68,79	74,68	93,19	90,98	73,90	75,78	79,48	61,11	69,04	47,98	60,45	27,02	71,85
Cuiabá	MT	68,47	73,30	83,70	91,96	64,32	68,72	76,77	58,52	74,53	47,47	62,18	48,73	71,52
Campo Grande	MS	68,21	74,64	90,48	92,50	63,40	72,19	78,49	55,54	70,73	47,70	71,09	30,23	71,55
Palmas	TO	68,07	74,22	90,12	91,61	43,91	79,11	77,88	61,95	73,55	54,51	62,67	36,01	71,30
Aracaju	SE	67,89	72,64	89,65	91,84	38,62	71,72	77,21	58,23	70,95	57,83	64,03	49,73	72,23
Teresina	PI	67,37	65,46	88,92	89,06	40,54	75,37	75,90	57,59	67,75	64,07	61,83	49,47	72,56
Vitória	ES	67,20	74,34	92,71	88,91	42,81	74,61	80,45	63,05	72,02	33,05	62,96	47,68	73,78
Porto Alegre	RS	66,90	73,59	92,04	78,56	56,26	65,93	81,98	58,54	65,89	54,90	68,17	33,52	73,42
Rio de Janeiro	RJ	66,41	73,44	88,82	80,41	65,98	70,22	76,94	58,69	70,99	46,64	60,80	31,31	72,68
São Luís	MA	65,69	67,97	72,77	91,45	58,31	73,04	74,54	61,21	66,43	46,26	47,74	58,10	70,50
João Pessoa	PB	65,25	67,78	89,39	95,20	51,85	67,14	78,38	59,29	71,86	39,22	56,79	40,81	65,33
Natal	RN	64,45	75,12	75,71	89,63	48,67	59,48	78,65	57,13	70,97	34,45	59,92	50,86	72,76
Fortaleza	CE	64,42	73,99	80,67	93,80	42,99	76,63	77,33	58,14	72,49	43,72	61,90	32,92	58,48
Manaus	AM	64,35	71,22	78,95	86,65	36,28	70,18	74,43	56,48	69,98	51,41	54,66	61,80	60,14
Salvador	BA	63,80	69,01	86,16	85,35	39,84	60,70	74,87	58,40	73,61	39,59	60,03	50,70	67,34
Recife	PE	63,73	66,34	78,74	87,29	39,21	76,80	73,41	54,92	71,81	52,40	60,07	31,19	72,58
Boa Vista	RR	62,76	66,15	79,99	90,73	54,06	69,96	73,20	54,54	68,87	41,08	54,76	47,80	51,94
Rio Branco	AC	62,68	72,75	60,26	80,39	52,91	71,55	74,41	57,85	64,84	45,29	60,39	41,49	70,07
Belém	PA	62,51	67,11	73,59	84,05	62,96	64,40	74,21	60,72	65,62	26,95	67,33	32,13	71,05
Maceió	AL	62,37	68,55	66,95	87,85	41,51	66,82	73,78	53,22	68,24	60,51	56,59	36,57	67,84
Macapá	AP	58,03	67,21	41,54	77,55	46,17	63,70	73,44	55,76	66,23	39,58	51,02	45,09	69,02
Porto Velho	RO	57,10	68,40	32,93	88,72	39,57	67,97	74,75	55,59	43,29	40,11	49,89	54,61	69,38

ANEXO 3. RESULTADOS DOS COMPONENTES DO IPS BRASIL PARA AS UNIDADES FEDERATIVAS

Estados	IPS Brasil	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Água e Saneamento	Moradia	Segurança Pessoal	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação Comunitária	Saúde e Bem-estar	Qualidade do Meio Ambiente	Direitos Individuais	Liberdades Individuais	Inclusão Social	Acesso à Educação Superior
Distrito Federal	71,25	74,58	88,36	87,18	66,51	73,77	77,56	68,77	74,91	63,10	71,55	37,23	71,50
São Paulo	66,25	73,47	90,08	90,46	69,57	78,77	77,09	59,78	71,70	33,72	58,50	40,42	51,43
Santa Catarina	64,24	74,58	81,49	88,76	67,80	73,15	74,47	61,14	69,03	32,01	51,65	47,16	49,66
Paraná	63,49	70,92	86,54	91,22	59,89	77,05	72,75	56,83	72,80	33,77	53,78	39,26	47,10
Minas Gerais	63,11	69,30	82,04	91,04	64,90	73,46	71,05	61,66	69,03	33,90	52,26	46,90	41,81
Goiás	62,79	69,89	80,57	93,16	58,65	77,25	69,68	59,00	67,49	37,96	49,74	50,18	39,85
Rio Grande do Sul	62,28	72,88	80,92	84,91	60,80	68,34	73,52	55,39	66,77	36,29	56,77	45,59	45,15
Rio de Janeiro	62,11	68,64	81,29	82,94	59,05	69,36	74,25	57,76	71,44	40,73	54,63	35,44	49,82
Mato Grosso do Sul	61,35	71,78	80,14	90,21	60,48	68,63	68,96	54,73	64,60	34,01	53,69	40,29	48,66
Espírito Santo	61,21	71,75	81,68	88,27	50,07	75,46	71,12	59,98	69,18	30,13	49,70	46,01	41,22
Sergipe	61,20	70,79	74,37	91,22	47,78	65,78	67,23	57,28	68,71	42,37	46,94	63,81	38,13
Mato Grosso	60,15	72,24	73,99	90,84	50,36	66,62	66,24	58,08	55,14	40,19	49,81	56,84	41,41
Paraíba	60,11	69,33	71,47	92,29	53,61	65,64	64,77	55,27	68,69	33,74	43,24	64,00	39,26
Ceará	59,71	72,75	64,36	90,11	46,59	78,23	66,24	56,15	68,45	35,94	48,55	52,66	36,55
Rio Grande do Norte	59,52	73,96	71,02	92,04	47,36	59,33	67,55	55,58	66,82	32,45	46,76	62,58	38,77
Piauí	59,30	64,44	69,70	82,15	55,66	69,29	58,82	56,63	65,70	41,70	43,22	64,71	39,61
Pernambuco	59,22	67,73	68,66	87,52	46,33	74,90	65,11	56,22	69,54	41,88	45,69	51,53	35,51
Tocantins	58,23	69,96	75,09	85,69	50,66	73,53	63,01	58,31	59,45	36,01	42,21	48,67	36,21
Bahia	57,85	67,20	73,52	87,18	42,20	59,25	61,21	57,46	68,04	35,67	44,93	63,53	33,99
Amazonas	57,83	69,89	67,93	82,60	43,71	65,92	57,94	58,96	63,42	43,22	40,98	57,15	42,22
Alagoas	57,42	68,87	62,06	89,03	46,49	68,03	63,01	51,71	68,40	37,76	41,36	51,70	40,67
Roraima	56,83	64,17	68,52	81,16	50,03	66,33	60,71	56,02	62,38	37,95	44,89	48,04	41,80
Amapá	55,76	68,47	39,49	76,66	46,90	62,13	67,42	56,84	64,46	41,08	44,41	50,54	50,68
Maranhão	55,72	63,41	57,58	74,79	56,40	68,42	56,45	59,86	60,87	34,01	33,48	69,79	33,56
Rondônia	55,67	67,14	42,33	89,55	47,86	70,65	65,83	56,59	47,91	35,16	43,94	57,85	43,20
Acre	55,31	69,15	47,28	78,01	55,84	66,01	60,88	59,48	53,06	35,02	42,90	49,71	46,45
Pará	53,20	67,30	50,48	76,35	50,20	58,19	58,39	60,57	56,26	30,31	39,70	58,00	32,69
Brasil	61,83	70,51	77,79	87,74	58,27	71,82	69,77	58,59	68,21	35,97	51,04	48,42	43,88



Realização:



Parceiros:



Apoiadores:

